

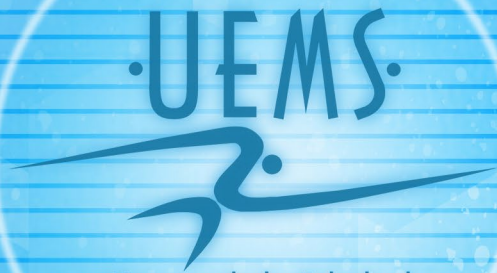
REVISTA

BARBAQUÁ

ISSN: 2526-9461

Vol. 2 n. 4 ago.-dez. 2018

PROEC
UEMS
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul



Universidade Estadual
de Mato Grosso do Sul

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UEMS.

B183

Barbaquá. – Vol. 2, n. 4. – Dourados, MS: Editora UEMS, 2018.

86p. : il.

Semestral.

ISSN: 2526-9461 (online)

1. Extensão universitária 2. Saúde I. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários.

CDD 23. ed. - 378

V. 2 N. 4 AGO.-DEZ. 2018

ISSN: 2526-9461 (on-line)

Revista Barbaquá de Extensão e Cultura

Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

REVISTA BARBAQUÁ

A Barbaquá, Revista de Extensão e Cultura, publicada pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários – PROEC, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS - tem por finalidade divulgar os resultados das atividades de extensão universitária, da sua articulação com o ensino e da transferência do conhecimento e da tecnologia para a sociedade provenientes da pesquisa. A revista está aberta a contribuições nacionais e internacionais que são de inteira responsabilidade dos autores.

Reitor

Laércio Alves de Carvalho

Vice-Reitora

Celi Corrêa Neres

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

Márcia Regina Martins Alvarenga

Chefe de Divisão de Publicações

Neurivaldo Campos Pedroso Junior

Projeto gráfico e diagramação

Everson Umada Monteiro

Revisão linguística

Cícero Barros Feitosa Filho;

Lucio Flávio Rocha Júnior;

Suely Aparecida de Souza Mendonça.

EDITORES RESPONSÁVEIS

Alessandra Ribeiro de Moraes

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Márcia Regina Martins Alvarenga

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Neurivaldo Campos Pedroso Junior

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

CONSELHO EDITORIAL

Airton José Vinholi Junior

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

Alexandre Melo Franco de Moraes Bahia

Universidade Federal de Ouro Preto

Alfredo Almeida Pina-Oliveira

Universidade Guarulhos

Andre Rezende Benatti

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Célia Maria Foster Silvestre

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Esmael Almeida Machado

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Everson Umada Monteiro

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Gabriel Luis Bonora Vidrih Ferreira

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Juliana Rosa Carrijo Mauad

Universidade Federal da Grande Dourados

Jussara Maria de Carvalho Guimarães

Universidade Estadual de Montes Claros

Maria Santana Ferreira Dos Santos

Universidade Federal do Tocantins

Rosa Maria Farias Asmus

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Ruberval Franco Maciel

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Sabrina Martins Barroso

Universidade Federal Triângulo Mineiro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
<i>Alessandra Ribeiro de Moraes</i>	

ARTIGOS

Ações educativas para idosos sobre disfagia e desnutrição	7
<i>Jackeline do Amaral Hetzel e Márcia Regina Martins Alvarenga</i>	

Defumador artesanal como alternativa de transferência de tecnologia do pescado: elaboração e custo de produção	19
<i>Cristiane Rebouças Barbosa e Fabrizia Sayuri Otani</i>	

Em um novo lar? Extensão universitária no lar do idoso Frei Fabiano de Cristo (Amambai-MS)	31
<i>Rogério da Palma e Lucilene Ramoa Fernandes Michenco</i>	

O projeto “Mediação popular e orientação sobre direitos”: uma experiência de educação para o direito e empoderamento	47
<i>Douglas Silva Navarro e Vanessa Mascarenhas Lima</i>	

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

A educação ambiental como atividade interdisciplinar em escolas do ensino fundamental	63
<i>Robson Marani Simões</i>	

Relato de experiência: promovendo saúde em crianças indígenas através de atividades lúdicas	78
<i>Adriana Luiz de Lima, Eliadja Raiany Freire de Moura, Eloi Teixeira Roza, Gabriel Mongenot Santana Milhomem Santos, Izabela dos Santos Barbosa, Natália Barbosa Mendes, Raissa Nogueira Silva, Thamires Durans Corrêa e Erika Kaneta Ferri</i>	

APRESENTAÇÃO

Alessandra Ribeiro de Moraes

Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Com imensa alegria, apresentamos mais um número da Revista Barbaquá. Dessa vez, os leitores terão a oportunidade de conhecer ações de extensão praticadas em diferentes espaços: na roda de conversa, na beira do rio, em um lar de idosos, na periferia, na escola e até em uma casa de apoio à saúde indígena a Universidade se faz presente.

Contribuíram para a atual edição enfermeiras, zootecnistas, cientistas sociais, advogados, biólogos, pedagogos e médicos vinculados a projetos de universidades públicas, distribuídos igualmente em instituições estaduais e federais. Também importante ressaltar que as ações de extensão foram desenvolvidas por alunos de graduação, especialistas, mestres, doutores e pós doutores.

Considerando a imensidão do Brasil, destacamos a contribuição oriunda de várias unidades da federação. Iniciando pelo Mato Grosso do Sul, estado que sedia a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e a Revista Barbaquá, vamos ter a oportunidade de conhecer ações realizadas com pessoas da terceira idade, frequentando a universidade em Dourados (Ações educativas para idosos sobre disfagia e desnutrição) e em um lar de idosos (Em um novo lar? Extensão universitária no lar do idoso Frei Fabiano de Cristo, Amambai/MS). Além do público-alvo – população na melhor idade –, os trabalhos têm em comum o propósito de contribuir para a valorização do idoso, seja por meio do autocuidado com a saúde ou com a percepção que possuem sobre si mesmos, respectivamente.

De Santarém no Pará, vamos conhecer como a extensão universitária pode ser direcionada para tecnologias sociais (Defumador artesanal como alternativa de transferência de tecnologia do pescado: elaboração e custo de produção). Os defumadores proporcionam agregação de valor e a conservação do pescado; porém, os defumadores industrializados possuem um custo impeditivo para os pequenos produtores da região contemplada nesse projeto. Assim, a construção de defumadores com materiais de fácil aquisição reduz os custos de produção, oportunizando aos produtores o acesso a um método de processamento alternativo.

O empoderamento social também foi contemplado na iniciativa que chega de Feira de Santana, Bahia (O projeto “mediação popular e orientação sobre direitos”: uma experiência de educação para o direito e empode-

ramento). A aproximação da universidade com uma parcela da população com características socioeconômicas que retratam a desigualdade social no Brasil foi capaz de contribuir para a participação da comunidade na solução dos seus conflitos. Verifica-se, dessa maneira, como a extensão pode ser promotora de uma educação para os Direitos Humanos.

E vem de Palotina no Paraná a descrição de um projeto de Educação Ambiental realizado junto a alunos da educação básica tendo a água como tema (A educação ambiental como atividade interdisciplinar em escolas do ensino fundamental). O envolvimento da universidade com a escola se deu por meio de atividades adequadas ao desenvolvimento cognitivo do público-alvo. Cada vez mais urgente, a reflexão e a mudança de atitudes em relação aos recursos naturais, sobretudo a água, se fazem necessárias para a sustentabilidade, e são as crianças na escola hoje, a próxima geração a ocupar o planeta Terra.

Tendo as crianças também como público-alvo, voltamos a Mato Grosso do Sul, onde na capital do estado, Campo Grande, a extensão universitária foi praticada por estudantes de medicina (Relato de experiência: promovendo saúde em crianças indígenas através de atividades lúdicas). Destacam-se nesse relato, a interculturalidade e a ludicidade, já que as crianças atendidas eram de várias etnias indígenas e as ações tinham o brincar como elemento fundamental para a promoção da saúde. Pinturas, lendas, danças e bordados característicos complementaram a vivência dos futuros médicos na cultura indígena.

Quanta diversidade nesse número da Revista Barbaquá! E essa diversidade comprova que a universidade deve avançar para além da sala de aula e dos laboratórios de pesquisa. Convidamos assim, os leitores para contemplarem a ação universitária em diferentes contextos, como os apresentados nesse número. Boa leitura a todos.

1 Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Pós-graduanda em Auditoria em Serviços de Saúde pela UNINTER. **E-mail:** jackehetzel@hotmail.com

2 Pós-Doutora em Ciências da Saúde (Enfermagem) pela Escola de Enfermagem da USP. Doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Professora Associada do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino em Saúde, Mestrado Profissional (PPGES) - Linha de pesquisa: Práticas Educativas em Saúde. **E-mail:** mrmalvarenga@gmail.com

Artigo

AÇÕES EDUCATIVAS PARA IDOSOS SOBRE DISFAGIA E DESNUTRIÇÃO

EDUCATIONAL ACTIONS FOR ELDERLY ABOUT DYSPHAGIA AND MALNUTRITION

Jackeline do Amaral Hetzel¹

Márcia Regina Martins Alvarenga²

Resumo

A disfagia é um distúrbio na deglutição que ao acometer pessoas idosas causa desnutrição, perda de peso e desidratação, pela dificuldade de consumo da quantidade adequada de nutrientes ao dia, ocasionando déficit na ingestão diária de macronutrientes. Portanto, o idoso necessita de cuidados e orientações específicas para tratar este distúrbio. Este artigo tem por objetivo relatar as ações de extensão universitária desenvolvidas com idosos sobre a importância do cuidado nutricional, disfagia e nutrição com vistas a promoção do conhecimento. Na metodologia utilizou-se aulas expositivas com ajuda de recursos visuais, rodas de conversa e a aplicação do questionário EAT-10 (*Eating Assessment Tool*) para identificar os riscos de disfagia e desnutrição presentes nos participantes da Universidade Aberta à Melhor Idade da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. As atividades ocorreram no período de agosto de 2016 a julho de 2017, da qual participaram 20 idosos. Como resultados o EAT 10 evidenciou-se que 20,0% apresentavam algum tipo de problema na deglutição. A ação proporcionou orientações sobre os princípios da deglutição, da disfagia, da desnutrição e dos meios de prevenção e tratamento para os participantes das atividades. Concluiu-se que o desenvolvimento do tema promove o autocuidado, preenche a lacuna da falta

de informação sobre o tema para este público, e evidenciou-se como a extensão auxilia na disseminação do conhecimento.

Palavras-chave: Saúde do idoso. Transtornos de deglutição. Educação em saúde.

Abstract

Dysphagia is a swallowing disorder that, when affecting older people, causes malnutrition, weight loss and dehydration, due to the difficulty of consuming adequate amount of nutrients per day, causing a deficit in the daily intake of macronutrients. Therefore, the elderly need specific care and guidance to treat this disorder. This article aims to report the university extension actions developed with the elderly about the importance of nutritional care, dysphagia and nutrition in order to promote knowledge. The methodology used lectures with the help of visual aids, conversation wheels and the application of the EAT-10 (Eating Assessment Tool) questionnaire to identify the risks of dysphagia and malnutrition present in participants of the Open University at the Best University of the State University of Mato Grosso do Sul. The activities took place from August 2016 to July 2017 and involved 20 seniors. As a result, EAT 10 showed that 20.0% had some type of swallowing problem. The action provided guidance on the principles of swallowing, dysphagia, malnutrition and means of prevention and treatment for the participants of the activities. It was concluded that the development of the theme promotes self-care, fills the gap of lack of information about the theme for this audience, and showed how the extension helps in the dissemination of knowledge.

Keywords: Health of the elderly. Deglutition disorders. Health education.

Introdução

O termo senescência corresponde ao processo de envelhecimento normal e está relacionado a progressão irreversível das disfunções normais do organismo humano associada diretamente a idade cronológica (CATA-PAN, *et al.*, 2014). Entretanto, há uma linha tênue entre o processo de envelhecimento normal e o processo acompanhado pelos distúrbios ou desvios de saúde, seja por fatores internos, ou por determinantes sociais externos, sendo que este último, denomina-se “senilidade”.

Embora o processo de envelhecimento possa causar decréscimo da força de algumas funções orgânicas, perdas ou alterações físicas, funcionais, sociais e emocionais (FECHINE, TROMPIERI, 2012), a percepção da qualidade

de vida pelo idoso também perpassa pela sua inserção e participação social na comunidade e na família, assim como pela estruturação e suporte familiar (MENEZES, *et al.*, 2018).

Muitas vezes, as alterações físicas e/ou funcionais ocorrem de forma gradual, sendo possível ao idoso se adaptar às novas condições sem que haja comprometimento no estado orgânico. Porém, a associação dessas mudanças com outras morbidades coloca a pessoa idosa no grupo de risco para disfagia e desnutrição (CARVALHO, SALES, 2014), pois a função de deglutir tem papel vital no transporte de nutrientes. A disfagia pode afetar as fases da deglutição oral, não possibilitando que esses nutrientes sejam ingeridos (RECH, 2016).

A disfagia é considerada um distúrbio de deglutição ou qualquer dificuldade de condução do alimento da boca até o estômago (CARVALHO, SALES, 2014). Tal problema pode ser acarretado no processo de envelhecimento por conta da lentificação do mecanismo de deglutição, diminuição da sensibilidade orofacial, diminuição da força e mobilidade de algumas estruturas orais, que podem propiciar complicações mais graves (SANTOS, *et al.*, 2018), pela mudança da musculatura dos lábios, língua, laringe, sistema gastrointestinal, assim como, a diminuição do paladar, perda dos dentes (MENDES, HORIKAWA, 2013), dentre outros.

A deglutição é dividida em três fases (oral, faríngea e esofágica). A disfagia pode ser classificada em orofaríngea, que é a dificuldade de formar e conduzir o bolo alimentar da forma correta desde a boca ao esôfago, ou esofágica, que é a dificuldade de o bolo alimentar ser conduzido até o estômago desde o esôfago adequadamente. Ambas podem levar a complicações, tais como aspiração alimentar e penetração no trato respiratório (RECH, 2016). Para o tratamento da disfagia é necessária uma equipe multidisciplinar da área da saúde, trabalhando em conjunto e com profissionais capacitados.

A enfermagem ao avaliar pessoas idosas deve identificar a presença de dificuldade de deglutição por meio do diagnóstico de enfermagem para o risco de disfagia baseado no NANDA (North American Nursing Diagnosis Association). A equipe de enfermagem tem papel importante no cuidado de pacientes que apresentam disfagia, pois são os profissionais que os acompanham integralmente. Esses podem observar os sinais e sintomas e por meio da identificação, avaliação e intervenção precoce na doença podem evitar complicações e agravos, oferecendo grande base para o planejamento das intervenções (ALBINI, *et al.*, 2013).

Os idosos que possuem disfagia, de acordo com o tempo em que a doença ocorre, muitas vezes, possuem a necessidade de adaptação a con-

dição apresentada, adaptando a sua rotina de vida com alteração na consistência alimentar, com uso de espessantes, diminuindo ou eliminando o prejuízo nutricional (RECH, 2016). Quando não há essa adaptação o prejuízo ocorre de forma muito mais frequente, comprometendo totalmente a nutrição do idoso.

Isso posto, destaca-se a necessidade de ações educativas sobre esta temática para essa parcela da população. Este artigo tem por objetivo, relatar as ações de extensão desenvolvidas com idosos sobre a importância do cuidado nutricional, disfagia e desnutrição.

Percurso metodológico

As ações educativas foram desenvolvidas com o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Extensão da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PIBEX-UEMS). As atividades ocorreram com os idosos que frequentaram a Universidade Aberta a Melhor Idade (UNAMI) da mesma instituição, no município de Dourados, MS.

A UNAMI é um programa de extensão, criado em 2014, coordenado por docente do curso de Enfermagem e conta com a colaboração de professores de diversas áreas do conhecimento e de outros cursos da UEMS. As ações da UNAMI acontecem semanalmente, no período vespertino, de março a dezembro. Entre 2016 e 2017, o programa tinha 25 pessoas matriculadas. Observa-se que para fazer parte do programa, a idade mínima é de 55 anos e não se exige qualquer nível de escolaridade, sendo que todas as ações desenvolvidas são gratuitas.

O programa UNAMI foi submetido ao Comitê de Ética com Seres Humanos da UEMS e tem o parecer de aprovação nº 2.045.573 de 2017. Destaca-se que antes das ações educativas que acontecem na UNAMI, os idosos são informados sobre as atividades do semestre e após entendimento e ciência assinam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no início do ano para que as ações possam ser registradas e publicadas em eventos e periódicos.

O cronograma das ações contemplou o período de estudo do material por parte da bolsista de extensão e da escolha de estratégias educativas. Utilizou-se roda de conversa para que fosse realizada a avaliação do conhecimento prévio dos idosos em relação ao assunto e para entendimento de quais eram suas dúvidas. A roda de conversa foi uma estratégia eficiente para o início da abordagem de temas que se pretendeu trabalhar. Possibilitou colocar em pauta o assunto sem nenhuma informação previamente fornecida. Portanto, foi uma estratégia que destacou o conhecimento dos

idosos relacionando a prática ao dia-a-dia. Percebeu-se, também, a necessidade de abordagem de questões específicas e norteou as ideias das atividades realizadas.

A roda de conversa visa a aprendizagem mútua e a troca de experiências, pois propicia compartilhar vivências, conceitos, preconceitos, sentimentos e emoções, como também descobertas e soluções. É uma estratégia que privilegia a narrativa (MOURA, LIMA, 2014). Durante a roda de conversa foi utilizada a metodologia de palavras. Realizou-se uma atividade em que cada aluno diria uma palavra que contemplasse o assunto. Muitos focaram mais na parte de desnutrição, por conhecerem o vocabulário, assim foram ditas palavras como: “nutricionista”, “comida”, “emagrecimento”, “doença”, dentre outras, sendo utilizadas nas aulas subsequentes.

A disfagia era uma palavra desconhecida pelos idosos, até então. Dessa forma, a ação educativa visou sua explicação, o significado da palavra e em qual momento ela se relacionava com a desnutrição, da causa e suas consequências.

A roda de conversa também permitiu identificar o pouco conhecimento dos idosos relacionado ao sistema digestório, de como este funcionava, sua estrutura anatômica, e qual era a importância da boa manutenção e cuidado destes.

Após esta fase de identificação do conhecimento dos participantes do tema, elaborou-se o conteúdo programático para ser desenvolvido por meio de aula interativa. As aulas foram expositivas e dialogadas com uso de materiais gráficos que promovessem melhor visualização da anatomia e fisiologia do sistema digestório. Utilizou-se, também, modelos anatômicos para que houvesse materiais palpáveis e os participantes conseguissem visualizar e compreender de forma mais fácil a anatomia e a fisiologia. Foram entregues folders sobre a temática para levarem para casa e assim fixar melhor o conhecimento adquirido. O material impresso também possibilita compartilhar a informação na comunidade na qual os idosos vivem.

Foram abordados temas como: o funcionamento e composição do sistema digestório; a disfagia, seu significado e sua causa; a desnutrição; a busca por profissionais corretos para tratamento de patologias como esta, e a grande importância da equipe multiprofissional para que seja feita uma abordagem total do caso, sendo indispensável a atuação do profissional fonoaudiólogo; a importância da enfermagem na promoção e recuperação da saúde; onde buscar estes profissionais e quais são suas áreas; a mudança da digestão no envelhecimento; além de assuntos correlatos que os abordavam durante o processo de aprendizagem.

Por fim, foi realizada a aplicação do questionário *Eating Assessment Tool* (EAT-10) para identificar sinais de disfagia. EAT-10 é um instrumento autoaplicável e prático, de uso rotineiro para a triagem do risco de disfagia, utilizado para melhorar a qualidade de vida dos idosos, reduzindo os gastos médicos desses (CARVALHO; SALES, 2014). Segundo Moreira (2012) a EAT-10 permite não somente a avaliação precoce da presença de disfagia, mas também permite identificar a gravidade dessa, assim como as limitações causadas na vida social e emocional do paciente. Tal instrumento possui 10 questões e proporciona informações sobre funcionalidade, impacto emocional e sintomas físicos acarretados pela presença de disfagia (GONÇALVES; REMAILI; BEHLAU, 2013).

Resultados

O impacto social do ensino e da busca por repasse de conhecimento na atualidade é de extrema importância. A saúde e a educação são duas temáticas totalmente interligadas, constituindo, a integração entre si, um importante caminho para conquista de melhor qualidade de vida. Projetos de extensão voltados para a saúde e educação, se mostram necessários para a formação cidadã de pessoas que já passaram por muitas fases da vida, sendo que estes têm mais possibilidades de se apropriar de saberes e conhecimentos da educação formal e informal.

Após a atividade de “roda de conversa” para conhecer o que os idosos sabiam sobre disfagia, quais eram suas dúvidas e curiosidades, relato de algumas experiências vividas consigo ou com terceiros, foram realizadas, por meio de aulas expositivas e dialogadas a abordagem sobre a estrutura e o funcionamento do sistema digestório, para maior entendimento do funcionamento da doença. Mostrou-se por meio de figuras, os órgãos do corpo humano que faziam parte do sistema digestório; as áreas afetadas que causam a disfagia e qual a relação do complexo boca-esôfago-estômago-intestino na disfagia.

Desta forma, como resultado, a ação proporcionou conhecimento aos idosos da UNAMI-UEMS, possibilitando que esses se tornem multiplicadores das informações sobre o assunto para a comunidade na qual estão inseridos (família e amigos).

Os relatos de experiência são atividades essenciais para a abordagem de novos assuntos com os idosos, porque ressaltam a compreensão do assunto na perspectiva deles, e como o tema pode afetá-los e as pessoas próximas a eles.

Os panfletos foram benéficos para a fixação dos conhecimentos e também serviram como ferramenta para disseminar o tema na família e com amigos. Foi apresentada, por meio de um vídeo, uma instituição que abriga vários portadores de disfagia, para que os idosos da UNAMI compreendessem sobre a realidade destes portadores e das formas de tratamento dietético.

Houve uma atividade educativa e interativa que visou a elaboração de cartazes informativos sobre disfagia, sendo que este material foi desenvolvido pelos alunos da UNAMI-UEMS, durante um dia de aula sobre a disfagia e desnutrição na terceira idade, mostrando formas de identificação e tratamento da doença.

Aplicou-se o *Eating Assessment Tool* (EAT-10) para 20 idosos. Resultou que 80,0% dos entrevistados da UNAMI-UEMS não apresentavam problema na deglutição; 13,4% tinham pequeno problema de tossir ao comer e 6,6% apresentavam problema na deglutição e segurança, sendo na deglutição de alimentos sólidos, líquidos e remédios; tosse ao comer e comida presa/entalada na garganta. Estes dados também foram utilizados nas aulas subsequentes.

Como resultado, a ação proporcionou mais conhecimentos sobre a disfagia e a desnutrição na terceira idade aos idosos da UNAMI-UEMS, fazendo com que esses se interessassem pelo assunto.

Todas as atividades foram bem participativas e proveitosas, visto que os idosos realmente se interessam por novos conhecimentos. Todos interagiram muito, fazendo questionamentos sobre alguns problemas que apresentavam, dentre outros fatores.

A avaliação das atividades educativas solicitadas, evidenciou o interesse dos pesquisados em relação ao tema, pois todos a executaram da maneira correta, com desenhos que demonstravam perfeitamente como ocorria o distúrbio na deglutição, tornando-se uma atividade interativa.

A avaliação do conhecimento prévio sobre o funcionamento do sistema digestório foi importante como abordagem do tema introdutório, para que ocorresse o melhor entendimento do funcionamento da doença.

Discussão

Com o passar dos anos ocorrem alterações advindas do processo de envelhecimento, sendo que o sistema estomatognático modifica-se, em suas estruturas e nas funções que desempenham, incluindo a deglutição (SANTOS, *et al.* 2018). A disfagia e a desnutrição mostraram-se como assunto

muito importante a ser abordado, sendo que há um déficit no ensino em relação ao assunto, pois, muitas vezes, as pessoas podem pensar que é um tema no que não está tão presente na realidade de alguns.

Em pessoas idosas as alterações das funções, ocasionadas pela disfagia, são consideradas normais, dentro do processo de envelhecimento, tais como lentificação da deglutição, diminuição da sensibilidade orofacial, menor mobilidade e força de estruturas orais, levando a complicações graves no quadro clínico do idoso, como a desnutrição e a desidratação, e até mesmo a risco de broncoaspiração, modificando a qualidade de vida (SANTOS, *et al.* 2018). Para pacientes que apresentaram doenças neurológicas ou idosos, este tema é muito importante, visto que estas pessoas são acometidas pelas alterações que o transtorno causa. Portanto, conhecer e compreender as alterações das funções do sistema estomatognático é necessário para prevenir quadros mais graves.

O envelhecimento leva a mudanças fisiológicas, biológicas e sociais, exigindo maior atenção preventiva de profissionais e estudantes da área da saúde, por isso a extensão universitária deve proporcionar condições que estimulem o pensamento sobre questões de saúde, autocuidado e vida, no geral (SILVA, *et al.* 2017).

Momentos de aprendizagem são sempre importantes para a formação e o desenvolvimento do ser humano e independe da idade. A teoria deve estar totalmente interligada com a realidade do sujeito para que o conhecimento possa ser assimilado de forma mais eficiente e adequada. A educação é responsável pela transformação e desenvolvimento social e deve promover a interação com o outro.

A educação em saúde visa a promoção, proteção, manutenção e recuperação da saúde, assim como a prevenção de agravos (SILVA, *et al.* 2017). A participação dos idosos nos centros de convivência é importante e independente do sexo ou da idade são nas experiências de novas atividades em grupo que eles sentem mais prazer (MENESES, *et al.* 2013). Assim, a convivência na UNAMI e participação em atividades relacionadas ajudam não apenas em questões de educação, mas também na manutenção da saúde física e psicológica do idoso, pois a interação é totalmente importante e necessária.

A educação estimula a reflexão em relação a condição de saúde no meio em que se insere colaborando na manutenção da saúde do idoso, mudando o cotidiano, reconhecendo e valorizando o saber popular e aliando-o ao científico. A educação em saúde deve promover mudanças de atitudes e práticas, além de motivar os cuidados diários (SILVA, *et al.* 2017). Desta forma, as atividades educativas são necessárias aos idosos, pois estes buscam

por mais conhecimentos.

As poucas publicações relacionadas ao EAT-10 no Brasil limitam comparações em nível nacional. Estudo realizado com 909 pessoas para identificar a prevalência do risco de disfagia e seus fatores associados em pacientes hospitalizados, resultou que 10,5% dos avaliados foram classificados como “em risco” para disfagia, e destes, 61,0% possuíam 60 anos ou mais (ANDRADE, *et al.* 2018).

O *Eating Assessment Tool* (EAT-10) evidenciou que 20,0% dos alunos participantes da ação apresentavam alguns problemas na deglutição, porém, não sabiam o porquê. As aulas ministradas esclareceram várias dúvidas e espera-se que os idosos da UNAMI passem a ser multiplicadores da informação sobre o que é disfagia, como identificá-la e quais serviços e profissionais de saúde tratam esta doença.

A questão que se associa significativamente ao risco de disfagia é a idade, pois idosos apresentam frequentemente doenças associadas, tais como doença de Parkinson, Acidente Vascular Cerebral (AVC), doença de Alzheimer, dentre outras (ANDRADE, *et al.* 2018).

A população idosa brasileira vem seguindo uma tendência mundial de aumento progressivo do perfil epidemiológico, sendo que o cuidado à pessoa idosa deve ser um trabalho conjunto dos indivíduos em ações de educação em saúde, culminando na autonomia dos sujeitos (GAUTÉRIO, *et al.* 2013).

Considerações finais

As aulas sanaram as dúvidas dos idosos em relação ao tema, pois foram realizadas utilizando-se alguns vídeos, modelos anatômicos e entrega de folder educativo (material do Ministério da Saúde). A identificação do conhecimento prévio e das dúvidas em relação ao tema ministrado na aula, mostrou-se muito importante para que fosse feito o direcionamento das aulas, sempre focando nas questões que rodeavam os alunos.

Por fim, percebeu-se a necessidade do ensino em todas as fases do desenvolvimento do ser humano. O objetivo do estudo foi alcançado e espera-se que os idosos da UNAMI sejam multiplicadores das orientações recebidas, além de ensinarem, a nós acadêmicos e professores, coisas novas.

As aulas ministradas são sempre muito proveitosas com os alunos da UNAMI, pois estes se entregam totalmente à busca do conhecimento, tornando uma aula expositiva muito dialogada e participativa. As atividades interativas são necessárias para a fixação do conhecimento adquirido e por

promoverem momentos de descontração, que os idosos interagem, contribuindo também para os aspectos psicológicos deles.

Agradecimentos

Programa Institucional de Bolsas de Extensão da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - PIBEX-UEMS.

Referências

- ALBINI, R. M. N; SOARES, V. M. N; WOLF, A. E; GONÇALVES, C. G. O. Conhecimento da enfermagem sobre cuidados a pacientes disfágicos internados em unidade de terapia intensiva. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 15, n. 6, p. 1512-1524, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-18462013000600014&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 17 de julho de 2019.
- ANDRADE, P. A; SANTOS, C. A; FIRMINO, H. H; ROSA, C. O. B. Importância do rastreamento de disfagia e da avaliação nutricional em pacientes hospitalizados. **Revista Einstein (São Paulo)**, v. 16, n. 2, p. 1-6, 2018. Disponível em: https://journal.einstein.br/wp-content/uploads/articles_xml/1679-4508-eins-16-02-eAO4189/1679-4508-eins-16-02-eAO4189-pt.x37191.pdf. Acesso em 17 de julho de 2019.
- CARVALHO, B; SALES, D. S. **Disfagia & Desnutrição**. Rio de Janeiro: SBGG, 2014.
- CATAPAN, N. R; BRITO, R. S; CAVALCANTI, P. P; PEREIRA, D. L; TORRES, N. Compreendendo a senescência na ótica da sexualidade feminina. **Ciência et. Praxis**, Mato Grosso, v. 7, n. 14, p.19-24, 2014. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/praxys/article/download/2142/1134>. Acesso em 17 de julho de 2019.
- FECHINE, B. R. A; TROMPIERI, N. O processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. **International Scientific Journal**, v. 20, n. 1, p.106-132, 2012. Disponível em: <http://www.fonovim.com.br/arquivos/534ca4b0b3855f1a4003d09b77ee4138-Modifica----es-fisiol--gicas-normais-no-sistema-nervoso-do-idoso.pdf>. Acesso em 17 de julho de 2019.
- GAUTÉRIO, D. P; VIDAL, D. A. S; BARLEM, J. G. T; SANTOS, S. S. C. Ações educativas do enfermeiro para a pessoa idosa: Estratégia saúde da família. **Revista de Enfermagem da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 21, esp. 2, p. 824-828, 2013. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v21esp2/v21e2a21.pdf>. Acesso em 17 de julho de 2019.

GONÇALVES, M. I. R; REMAILI, C. B; BEHLAU, M. Equivalência Cultural da Versão Brasileira do Eating Assessment Tool - EAT-10. **CODAS**, São Paulo, v. 25, p.601-604, n. 6, dezembro, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2317-17822013000600601&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em 17 de julho de 2019.

MENDES, F. S; HORIKAWA, D. **Importância da intervenção interdisciplinar em idosos com disfagia**. Santa Catarina: Centro de Referência do Idoso na Zona Norte, 2013.

MENESES, R. M. V; SILVA, R. T. S; CARVALHO, R. F; SANTOS, A. P. O. B. S; ALMEIDA, J. A. V; MEDEIROS, A. T. N. Ações educativas para terceira idade. **Revista da rede de enfermagem do Nordeste**, v. 14, n. 2, p. 417-427, 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/3403/2639>. Acesso em 17 de julho de 2019.

MENEZES, J. N. R; COSTA, M. P. M; IWATA, A. C. N. S; ARAUJO, P. M; OLIVEIRA, L. G; SOUZA, C. G. D; FERNANDES, P. H. P. D. A Visão do Idoso Sobre o Seu Processo de Envelhecimento. **Revista Contexto e Saúde**, Fortaleza, v. 18, p.08-12, n. 35, julho-dezembro, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/7620>. Acesso em 17 de julho de 2019.

MOREIRA, S. R. C. **Tradução e validação da EAT 10 e da FOIS para o português**. 2012. 59 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Fala e da Audição) – Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, Portugal, 2012.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, v. 23, n. 1, p. 95-103, 31 jul. 2014. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/448>. Acesso em 17 de julho de 2019.

RECH, R. S. **Identificação de indivíduos idosos potencialmente com alteração da deglutição**. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado em Odontologia) – Faculdade de Odontologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SANTOS, B. P; ANDRADE, M. J. C; SILVA, R. O; MENEZES, E. C. Disfagia no idoso em instituições de longa permanência - revisão sistemática da literatura. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 20, n. 1, janeiro-fevereiro, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S15161846201800100123&lng=en&nrm=iso&lng=pt. Acesso em 17 de julho de 2019.

SILVA, W; LUCENA, A. L. R; ARAÚJO, M. J. A; JANÚARIO, D. C; VIEIRA, K. F. L; COSTA, R. R. A. B. Ações educativas vivenciadas com idosos: um relato de experiência. **Revista de ciências da saúde: Nova esperança**, v. 15, n. 3, p. 31-36, dezembro, 2017. Disponível em: <http://www.facene.com.br/wp-content/>

uploads/2010/11/Artigo-05.pdf. Acesso em 17 de julho de 2019.

Recebido em: 20 de julho de 2019.

Aprovado em: 17 de dezembro de 2019.

1 Bacharelado em Ciências Contábeis pela Universidade Paulista - Campus Santarém. Bacharelado em Ciências Agrárias - Produção Animal pela Universidade Federal do Oeste do Pará. Zootecnista pela Universidade Federal do Oeste do Pará. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Zootecnia da Universidade Federal da Grande Dourados.
E-mail: cris_ag10@hotmail.com

2 Graduação em Zootecnia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Mestrado em Aquicultura pelo Centro de Aquicultura da Unesp. Doutorado em Aquicultura pelo Centro de Aquicultura da Unesp. Atualmente, é professora adjunta da Universidade Federal do Oeste do Pará.
E-mail: fabrizia_otani@yahoo.com.br

Artigo

DEFUMADOR ARTESANAL COMO ALTERNATIVA DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA DO PESCADO: ELABORAÇÃO E CUSTO DE PRODUÇÃO

HANDMADE SMOKER AS AN ALTERNATIVE FOR FISH TECHNOLOGY TRANSFER: ELABORATION AND PRODUCTION COST

Cristiane Rebouças Barbosa¹

Fabrizia Sayuri Otani²

Resumo

A defumação é um método de beneficiamento de alimentos, que agrega características organolépticas ao produto utilizando-se defumador. O objetivo deste trabalho foi desenvolver um defumador artesanal, como alternativa de transferência de tecnologia do pescado, com uso de materiais não convencionais e de fácil aquisição na região oeste do Pará, e comparar o custo de produção com o de defumadores similares comercializados. O projeto foi desenvolvido no Laboratório de Tecnologia de Produtos de Origem animal (LTPOA), do Instituto de Biodiversidades e Florestas (IBEF), da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFO-PA), localizado no município de Santarém – Pará. A construção do defumador artesanal foi a partir da utilização de materiais como tambores de aço, além de barra chata, hastes de ferro e tinta resistente a altas temperaturas. Após a construção, calculou-se o custo total de produção por meio da somatória dos valores em reais (R\$), do material utilizado, em relação a defumadores comerciais. Assim, a construção de defumador artesanal com materiais alternativos é viável, com custo de produção de R\$ 260,50, sendo possível reduzir até 51%

do seu custo de produção quando comparado a defumadores comerciais.

Palavras-chave: Defumação. Difusão de tecnologia. Defumação de peixe. Processo de defumação. Produtos aquícolas.

Abstract

Smoking is a method of food improvement, which adds organoleptic characteristics to the product by using a smoker. The present study was aimed at developing an artisanal smoker, as an alternative for fish technology transfer, with the use of non-conventional materials and easy to acquire in the western region of Pará and comparing the production cost with similar smokers marketed. The project was developed at the Laboratory of Technology of Animal Products (LTPOA), at the Institute of Biodiversities and Forests (IBEF), in the Federal University of Western Pará (UFOPA), located in the city of Santarem - Pará. The construction of the handmade smoker was based on the use of materials such as steel drums, flat bars, iron rods and high temperature resistant paint. After construction, the total cost of production was calculated by adding the values in reais (R\$), of the material used, in relation to commercial smokers. Thus, the construction of a handmade smoker with alternative materials is feasible, with a production cost of R\$ 260,50, being possible to reduce up to 51 % of its production cost when compared to commercial smokers.

Keywords: Smoking. Diffusion of technology. Fish smoking. Smoking process. Aquaculture products.

Introdução

A expansão populacional incentivou a maximização da demanda por alimentos devido à elevação do consumo. Além disso, a diversificação das preferências alimentares vem crescendo de maneira significativa, o que está atrelado ao aumento da renda da população. Nesse contexto, a pesca e aquicultura demonstram papel primordial na alimentação das pessoas (SANTOS, 2009). A produção de pescado mundial em 2018 foi de aproximadamente 156 milhões de toneladas para consumo humano, e o consumo de pescado aumentou de 9 kg per capita em 1961 a 20,3 kg per capita em 2017 (FAO, 2020). Para atender aos desejos dos consumidores e a crescente demanda por alimentos, estima-se a ampliação na produção de pescado no Brasil de 46,6% até 2030 (FAO, 2018).

A região amazônica tem potencial hídrico e diversidade de espécies de organismos aquáticos, justificando o consumo de pescado com 70 kg per

capita por ano a partir da pesca e aquicultura, garantindo a alimentação e a renda principal de ribeirinhos e pequenos produtores (COSTA *et al.*, 2018; DANTAS FILHO *et al.*, 2019). A região Oeste do Pará é uma região amazônica em desenvolvimento socioeconômico que, nos últimos anos, vem transformando-se em um dos principais polos de desenvolvimento do país, em consequência dos investimentos significativos que vem recebendo dos setores públicos e privados.

Uma das formas de agregação de valor e conservação ao pescado é processá-lo, e, dentre os métodos de processamento, a defumação é um dos mais antigos que agregam características organolépticas ao pescado e, conseqüentemente, acrescentando valor com excelente aceitabilidade ao produto final (FRANCO *et al.*, 2010). A técnica de defumação consiste na combinação de sal, secagem e fumaça, que propiciam nova opção de aroma, coloração, sabor e textura ao pescado, agregando-lhe valor. O processo contribui para a perda de umidade e a atuação dos componentes da fumaça como barreiras físico-químicas contra a entrada e ação de microrganismos (GONÇALVES, 2011). Além disso, diversos estudos têm apontado que alimentos submetidos a técnica da defumação tem apreço significativo dos consumidores (DEFAVERI *et al.*, 2016; SOUTO *et al.*, 2017; SOUZA *et al.*, 2017; XAVIER *et al.*, 2017).

Para o processamento desta técnica há necessidade de um defumador para exposição do produto à fumaça e, atualmente, possuem diversos modelos comercializados, mas o custo aquisitivo é alto para os pequenos produtores os quais são os principais produtores da região amazônica. O tempo de defumação varia de acordo com o produto a ser defumado, sua espessura ou seu diâmetro e o tipo de defumador também pode influir (EVANGELISTA, 2001).

Para a difusão da técnica de defumação, a presente pesquisa teve como objetivo construir um defumador artesanal com materiais alternativos de fácil aquisição na região do oeste do Pará, avaliar e comparar o custo de produção com defumadores já existentes no mercado.

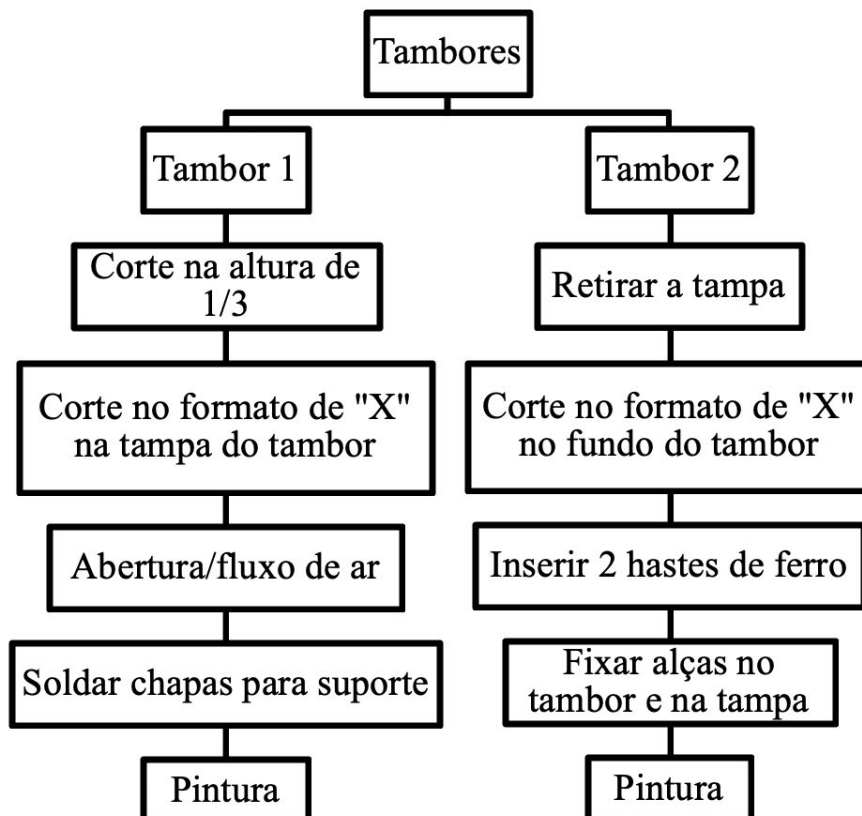
Método

O trabalho foi desenvolvido no Laboratório de Tecnologia de Produtos de Origem animal (LTPOA), no Instituto de Biodiversidade e Florestas (IBEF), da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), localizado no município de Santarém – Pará, latitude 20°25'56" S e longitude 54°41' 27" W, com média de temperatura anual entre de 25° C a 28° C, umidade relativa média do ar

de 86%, tendo clima dominante na região quente e úmido, típico de regiões tropicais (BRASIL, 2015).

O projeto da construção do defumador artesanal foi feito a partir de uma adaptação do modelo recomendado pelo Centro de Produções Técnicas (CPT - CENTRO DE PRODUÇÕES TÉCNICAS, 2017), em que foram selecionados materiais alternativos, acessíveis na região, e realizadas modificações funcionais (construção de uma porta na câmara de defumação, junção da tampa da câmara do defumador e o acoplamento da porta da base de sustentação do defumador) para facilitar o manuseio e transporte do defumador. Foram utilizados tambores de aço oriundos do transporte do melaço de cana-de-açúcar e uma lata de alumínio para o queimador de serragem, além de barra chata de ferro, hastes de ferro e tinta resistente a altas temperaturas (Figura 1). Ao final, o defumador artesanal ficou com as seguintes dimensões: aproximadamente 142 cm de altura, 60 cm de diâmetro e 22 kg de peso. A capacidade do defumador artesanal foi estimada em 5 kg, com base na capacidade de suporte da câmara do defumador e da junção para sustentação dos produtos defumados, por meio de ensaios anteriores de deformação do suporte de sustentação.

Figura 1 - Fluxograma para a construção do defumador artesanal.



Fonte: elaborada pela autora.

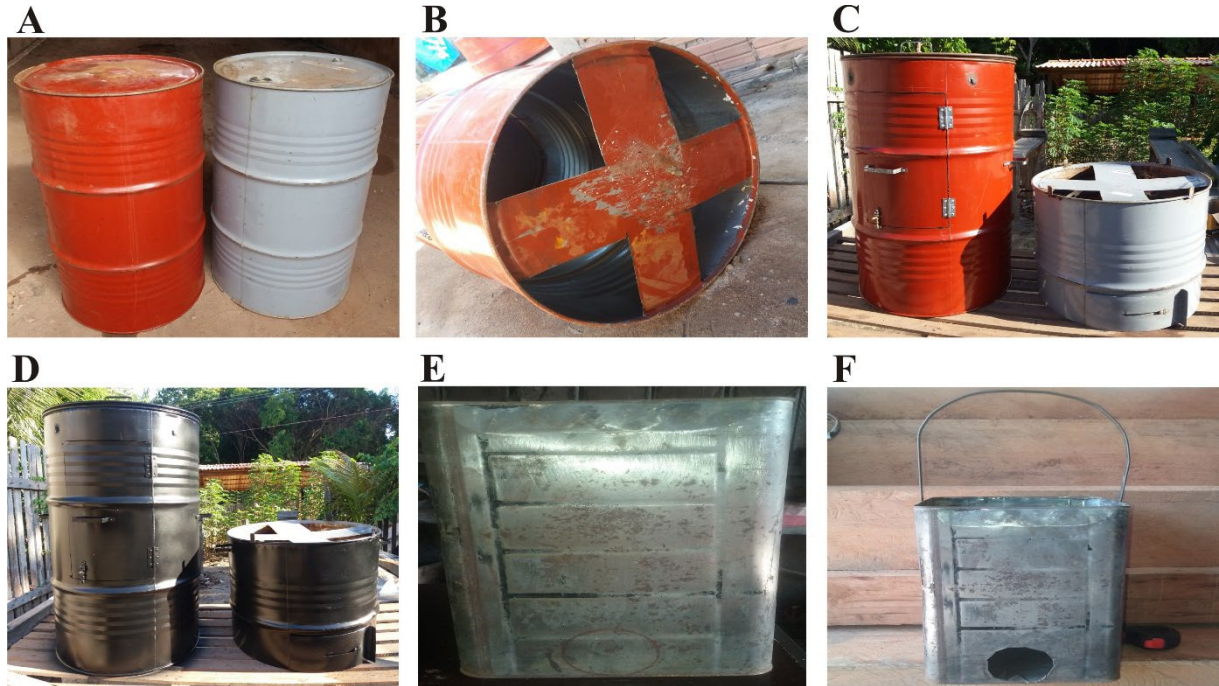
O custo de produção é uma ferramenta importante para subsidiar o planejamento e gestão dos empreendimentos agrários. Após a construção do defumador artesanal, foi realizado o cálculo do custo total de produção por meio da somatória dos valores em reais (R\$) do material utilizado (BRUNNI; FAMÁ, 2012). Os valores foram tabulados em planilha do programa Microsoft Excel®, do pacote de programas da Microsoft Office®.

O cálculo do custo de produção é composto por custos diretos, correspondendo, neste estudo, aos materiais utilizados na construção do defumador artesanal e por custos indiretos, em que neste estudo considerou-se somente a mão de obra para construção (NACHILUK; OLIVEIRA, 2012).

Foi realizada também uma pesquisa on-line em junho de 2020, para obtenção de preços de três defumadores artesanais comercializados. O valor médio de R\$ 509,33, obtido pela média aritmética simples das três cotações, foi utilizado para cálculo de porcentagem de custo de redução de preço. Além disso, verificou-se a variação de valores dos defumadores de alumínio, sendo entre R\$ 8.470,00 e R\$ 742,09.

Resultados e discussão

Após a elaboração do projeto da construção do defumador artesanal, o trabalho foi executado a partir de dois tambores de aço de 200 litros (Figura 2A), sendo um destinado para câmara de defumação e o outro para base de suporte do defumador artesanal.

Figura 2 - Etapas de elaboração de Defumador Artesanal.

(A) Tambores de aço; (B) Desenho no formato de X no primeiro tambor; (C) Defumador artesanal antes da pintura; (D) Defumador artesanal após a pintura; (E) Lata de alumínio; (F) Queimador de serragem.

Fonte: elaborada pela autora.

No tambor correspondente à câmara de defumação foi feita uma abertura, soldando dobradiças, transformando-a na porta da câmara de defumação. Na parte inferior construiu-se um desenho no formato de “X” com espessura de 15 cm de largura para passagem da fumaça (Figura 2B), e ainda foi realizada a retirada da tampa superior. Internamente, foram soldadas duas hastes de ferro com profundidade de 10 cm da tampa, onde foram instaladas mais 4 hastes de ferro transversas.

No tambor equivalente à base de sustentação retirou-se a tampa inferior, sendo soldada e utilizada como tampa na câmara de defumação. Realizou-se, ainda, um corte na altura de 2/3 para reduzir o tamanho e, na parte superior, foi feito o desenho no formato de “X” (o mesmo procedimento realizado na câmara do defumador).

Além disso, no tambor da base de suporte foram soldadas 4 “chapas” para suporte da câmara de defumação e 4 alças (2 na base e 2 na câmara do defumador), e, na parte inferior, construiu-se uma porta com função de regulação de entrada de oxigênio (Figura 2C), a qual atua diretamente na temperatura e na queima da serragem. O controle dessas variáveis é de grande relevância durante o processo da defumação, as quais podem influenciar na composição da fumaça e no resultado final dos defumados. Em seguida,

realizou-se a pintura do defumador artesanal (Figura 2D).

A construção das portas na câmara de defumação e na base de sustentação é justificada para facilitar a regulação da entrada de oxigênio e controlar a temperatura interna do defumador. Chagas *et al.* (2016) sugerem que a temperatura de defumação pode alterar o rendimento do pescado defumado, assim como o tipo de defumação, tempo de processo, espécie e o tamanho do pescado.

Na construção do queimador de serragem (Figura 2E), a lata de alumínio de 18 litros foi queimada eliminando quaisquer resíduos de tinta. Após esse procedimento, foi soldada uma alça (para auxiliar no manejo) e feita uma abertura para a entrada de oxigênio (Figura 2F).

De acordo com Centro de Produções Técnicas (2017), defumador a partir de tambor de aço é de fácil execução, podendo ser utilizado para produção diária de defumados, corroborando assim com o presente trabalho, o qual foi feito sem dificuldades técnicas. A facilidade na execução da construção do defumador artesanal sugere a possibilidade de transferência desta tecnologia.

Em relação ao custo de produção, o defumador artesanal apresentou valor total de R\$ 259,20 (Tabela 1). Comparando com defumadores similares, o defumador artesanal apresentou porcentagem de redução de preço de 51%, em relação à média de preço de produtos similares comercializados de R\$ 509,33. Além disso, ao comparar os preços por meio da divisão da capacidade do equipamento com o defumador artesanal do presente estudo, levando em conta um defumador de capacidade de 120 kg, com custo de R\$ 9.000,00, utilizado na implantação de uma agroindústria de filé de tilápia em Campo Grande – MS (SILVA *et al.*, 2017), observa-se uma redução de preço de 69,12%.

Tabela 1 - Custo de produção para elaboração do defumador artesanal, em Santarém, Pará.

Material	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
Arruelas	2	R\$ 0,50	R\$ 1,00
Barra Chata	1	R\$ 7,50	R\$ 7,50
Cravos de rebite de Alumínio	40	R\$ 0,04	R\$ 1,60
Dobradiças	2	R\$ 1,75	R\$ 3,50
Ferrolho	1	R\$ 7,00	R\$ 7,00
Hastes de ferro	5	R\$ 4,10	R\$ 20,50
Lata (18 litros)	1	R\$ 5,00	R\$ 5,00
Lixa	1	R\$ 7,50	R\$ 7,50
Parafusos	2	R\$ 0,50	R\$ 1,00
Porcas	2	R\$ 0,50	R\$ 1,00
Tambor (200 litros)	2	R\$ 50,00	R\$ 100,00
Tinta	1	R\$ 24,90	R\$ 24,90
Mão de Obra	1	R\$ 80,00	R\$ 80,00
Total			R\$ 260,50

Fonte: elaborada pela autora.

Horngren *et al.* (2004) afirmam que a formação de preço para um serviço ou produto está relacionado diretamente à oferta e à procura. A formação de preço, de acordo com outros autores, está ligada à demanda, ou seja, ao valor para o cliente e no mercado (PEGORARO; RIBEIRO, 2020), indicando que a média de preço de comercialização de defumadores comerciais foi superior ao obtido por este trabalho, em função, provavelmente, de estar relacionado à oferta e à procura desse produto.

Há uma constância cada vez mais rápida de surgimento de novos produtos e tecnologias, e muitas vezes, os pequenos produtores não têm condições de adquirir bens devido ao custo (NACHILUK; OLIVEIRA, 2012). O desenvolvimento de produtos e tecnologias similares com menor custo é uma alternativa que democratiza o acesso de inovações a estes produtores.

Não há, na literatura, trabalhos que associaram a construção de defumadores como alternativa de transferência de tecnologias (BARBOSA; OTANI, 2017). Esta pesquisa corrobora para o desenvolvimento de tecnologias enquadradas como Tecnologia Apropriada (TA), definida como a utilização de tecnologias ajustadas ou adaptadas para algum propósito ou uso específico, e que objetiva, principalmente, a introdução de novos processos produtivos que auxiliem na mitigação dos efeitos da pobreza, considerando ques-

tões ambientais e de consumo de energia (DAGNINO *et al.*, 2004).

Este estudo também contribui para o desenvolvimento de um produto focado na resolução de problemas de demandas por alimentação e renda, vivenciados por inúmeras comunidades rurais nas últimas décadas. Caracteriza-se como tecnologia social, que compreende produtos, técnicas ou metodologias replicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social (RODRIGUES; BARBIERI, 2008).

Considerações finais

A construção do defumador artesanal é viável, com custo total de produção de R\$ 260,50 e redução de custos de 51% quando comparado à média de preço de defumadores similares comercializados.

Este trabalho contribui para a geração de conhecimento pela Universidade associada à transferência da tecnologia, que possibilita o desenvolvimento social, a inovação tecnológica e a formação de profissionais necessários para sanar os desafios da região.

Agradecimento

À Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão (PROCCE) da Universidade Federal do Oeste do Pará pelo apoio financeiro, viabilizando a realização deste trabalho.

Referências

BARBOSA, C. R.; OTANI, F. S. Tecnologia do pescado como ferramenta para o desenvolvimento da aquicultura na região Oeste do Pará. In: VI JORNADA ACADÊMICA DA UFOPA, 6., 2017, Santarém. **Resumos**. Santarém: Universidade Federal do Oeste do Pará, 2017. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/jornadaacademica2017/resumos/pdf/207>. Acesso em: 31 maio 2017.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Mapas**: bases cartográficas. Bases Cartográficas. 2015. Disponível em: <http://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>. Acesso em: 04 set. 2017.

BRUNI, A.; FAMÁ, R. **Gestão de Custos e Formação de Preço**: com aplicações na calculadora hp12c e excel. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CPT - CENTRO DE PRODUÇÕES TÉCNICAS (Minas Gerais) (org.). **Defuma-**

dor de tambor - aprenda a fazer o seu. Elaborado por Silvana Teixeira. Disponível em: <https://www.cpt.com.br/cursos-processamentodecarne-como-montar/artigos/defumador-de-tambor-aprenda-a-fazer-o-seu>. Acesso em: 04 mar. 2017

CHAGAS, A. M.; MENEZES-NETA, I. S.; OLIVEIRA-FILHO, P. R. C. Rendimento, concentração e aceitação sensorial de carapicuíá (*Eucinostomus melanopterus*, Bleeker, 1863) submetido a diferentes métodos de defumação. In: **Acta of Fisheries and Aquatic Resources**, Aracajú, v. 2, n. 4, p. 110-116, 2016.

COSTA, T.V.; SILVA, R.R.S.; SOUZA, J.L; BATALHA, O.S.; HOSHIBA, M.A. Aspectos do consumo e comércio de pescado em Parintins. In: **Boletim do Instituto de Pesca**, Santos, v. 39, n. 1, p. 63-75, 2018. Disponível em: https://www.pesca.sp.gov.br/39_1_63-75.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

DAGNINO, R. (org.). **Tecnologia social: ferramentas para construir outra sociedade**. Campinas: IG/UNICAMP, 2009.

DANTAS FILHO, J. V.; FERREIRA, E.; CAVALI, J. Silagem de pescado como componente proteico para dieta de peixes tropicais comercializados na Amazônia. In: **Tekhne e Logos**, Botucatu, v. 10, n. 3, p. 55-67, 2019. Disponível em: <http://revista.fatecbt.edu.br/index.php/tl/article/view/651/392>. Acesso em: 20 jun. 2020.

DEFAVERI, M.; NICOLETTI, G.; BRIGIDO, R. V. Desenvolvimento de presunto defumado de Tilápia com teor reduzido de sódio. In: **E-Tech: Tecnologias para Competitividade Industrial**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 150-162, 2016. Disponível em: <http://etech.sc.senai.br/index.php/edicao01/article/download/837/434/>. Acesso em: 20 nov. 2017.

EVANGELISTA, J. **Tecnologia de alimentos**. São Paulo: Atheneu, 2001.

FRANCO, M. L. R. D. S.; VIEGAS, E. M. M.; KRONKA, S. N.; VIDOTTI, R. M.; ASSANO, M.; GASPARINO, E. Efeitos dos processos de defumação a quente e a frio nas propriedades organolépticas, rendimento e composição do filé de matrinxã. **Revista Brasileira de Zootecnia**, Viçosa, v. 39, n. 4, p. 695-700, 2010. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1516-35982010000400001>. Acesso em: 21 jun. 2020.

GONÇALVES, A. A. **Tecnologia do Pescado: Tecnologias tradicionais**. São Paulo: Editora Atheneu, 2011.

HORNGREN, C. T.; DATAR, S. M.; FOSTER, G. **Contabilidade de Custos: uma abordagem gerencial**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

NACHILUK, K.; OLIVEIRA, M. D. M. Custo de Produção: uma importante ferramenta gerencial na agropecuária. In: **Análises e Indicadores do Agropênia**, v. 7, n. 5, p. 1-7, 2012. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/>

AIA/AIA-22-2012.pdf. Acesso em: 07 out. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **The State of World Fisheries and Aquaculture 2018. Meeting the sustainable development goals**. 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/3/I9540EN/i9540en.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). 2020. **O estado mundial da pesca e da aquicultura 2020. Sustentabilidade em ação**. 2020. Roma. Disponível em: <http://www.fao.org/state-of-fisheries-aquaculture>. Acesso em: 21 jun. 2020.

PEGORARO, F.; RIBEIRO, P. L. Cálculo do custo da mão de obra direta sob a ótica da teoria das restrições. In: **Brazilian Journal Of Development**, [s.l.], v. 6, n. 5, p. 31292-31304, 2020. Brazilian Journal of Development. <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv6n5-549>. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/10693/8930>. Acesso em: 20 jun. 2020.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. In: **Revista de Administração Pública**, [s.l.], v. 42, n. 6, p. 1069-1094, dez. 2008. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-76122008000600003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v42n6/03.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2020.

SANTOS, C. Aquicultura e Pesca: a mudança do modelo exploratório. In: TAVARES-DIAS, M. (Org.). **Manejo e Sanidade de Peixes em Cultivo**. Macapá: Embrapa Macapá, 2009. p. 13-32. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/353099/1/ManejoSanidade.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2018.

SILVA, R. M.; RIBEIRO, N. P.; CASIMIRO, L. A. O. Estudo de implantação de uma agroindústria de Filé de Tilápia defumado em Campo Grande-MS. In: **Agropecuária Técnica**, [s.l.], v. 38, n. 4, p. 206, 20 jan. 2017. Revista Agropecuária Técnica - AGROTEC. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25066/agrotec.v38i4.28311>. Acesso em: 21 jun. 2020.

SOUTO, M. E. M. M.; LEITÃO, N. P. P. A.; LIMA, T. R. A.; SOARES, J. M. M. Q.; TSCHOEKE, I. C. P. Elaboração e aceitação sensorial de hambúrguer suíno defumado. In: **Revista Brasileira de Agrotecnologia**, Garanhuns, v. 7, n. 2, p. 299-303, 2017. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBAGRO/article/view/5199/299-303B>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SOUZA, R. T. Y. B. de; OLIVEIRA, S. R. de; SOUSA, A. L. B. de; BATISTA, R. B. e; SILVA, G. C. da; PINHEIRO, C. F. Avaliação sensorial da ventrecha de pirarucu defumada no município de Itacoatiara-AM. In: **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFAM**, Manaus, v. 11, n. 1, p. 46-55, 2017. Disponível em: <http://200.129.168.183/ojs/index.php/igapo/article/viewFile/516/444>. Acesso

em: 20 nov. 2017.

XAVIER, A. C. R.; ARIMATÉA, C. C.; NETA, M. T. S. L.; PAGANI, A. A. C.; NUNES, M. L. Avaliação do shelf-life do salmão defumado submetido à estocagem refrigerada. In: 3º Congresso internacional de atividade física, nutrição e saúde, 3., 2017, Aracaju. **Anais do 3º Congresso Internacional de Atividade Física, Nutrição e Saúde**. Aracaju: Congresso Internacional de Atividade Física, Nutrição e Saúde, 2017. v. 1, p. 1-13. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/CIAFIS/article/view/6457/2704>. Acesso em: 21 jun. 2020.

Recebido em: 08 de outubro de 2018.

Aprovado em: 16 de julho de 2020.

1 Graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Possui mestrado e doutorado em Sociologia pela mesma instituição. Professor Adjunto da UEMS, lecionando e orientando pesquisas nos cursos de Ciências Sociais (presencial e Ead) e no ProfHistória.

E-mail: rpalma@uems.br

2 Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Unidade de Amambai.

E-mail: lucilene_17fernandes@hotmail.com

Artigo

EM UM NOVO LAR? EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO LAR DO IDOSO FREI FABIANO DE CRISTO (AMAMBAI-MS)

IN A NEW HOME? UNIVERSITY EXTENSION AT ELDERLY HOME FREI FABIANO DE CRISTO (AMAMBAI-MS)

Rogério da Palma¹

Lucilene Ramoa Fernandes Michenco²

Resumo

A modernidade, ao associar determinadas identificações sociais com estágios pré-definidos da vida, acabou por subalternizar a condição de envelhecer. As sociedades contemporâneas, por seu turno, transformaram o velho em idoso, mas, mesmo redefinindo um conjunto de estereótipos e construindo políticas públicas progressistas, não conseguiram promover uma relação menos assimétrica entre esse grupo e o restante da coletividade da qual fazem parte. Neste artigo, pretende-se expor as ações de extensão universitária realizadas junto ao Lar do Idoso Frei Fabiano, situado em Amambai/MS. Desenvolveu-se junto aos idosos estabelecidos nessa instituição atividades que visavam uma valorização da percepção que possuem sobre si mesmos. Através de entrevistas e ações recreativas, pode-se ter acesso à pluralidade de situações e trajetórias de vida que são uniformizadas sob a categoria “idoso”. Por fim, questiona-se até que ponto a ideia de “lar” faz sentido para os próprios asilados.

Palavras-chave: Idoso. Sociedade. Amambai.

Abstract

Modernity, by associating certain social identifica-

tions with pre-defined stages of life, ended up underestimating the condition of getting older. Contemporary societies, in turn, transformed old people into the elderly, but, even redefining a set of stereotypes and building progressive public policies, they were unable to promote a less asymmetric relationship between this group and the rest of the collectivity of which they are part. In this article, we intend to expose the university extension actions carried out at Lar do Idoso Frei Fabiano, located in Amambai/MS. Activities aimed at enhancing their perception of themselves developed with the elderly established in this institution. Through interviews and recreational actions, one can have access to the plurality of situations and life trajectories that are standardized under the “elderly” category. Finally, it is questioned to what extent the idea of “home” makes sense to the asylum seekers themselves.

Keywords: Eldery. Society. Amambai.

Introdução

O Lar do Idoso Frei Fabiano, situado no município de Amambai/MS, abrigava, entre os anos de 2015 e 2017, cerca de 40 idosos. Desses, cerca de dois terços são mulheres. A maioria deles era residente do próprio município, sendo que alguns provêm de outras cidades da região, como Coronel Sapucaia e Itacuru. O Lar é uma organização civil sem fins lucrativos e, embora leve o nome de um frei, não está vinculado a nenhum grupo religioso. A gestão cabe à Prefeitura Municipal de Amambaí, a qual o sustenta através de repasses. Parte da aposentadoria dos asilados e doações (geralmente de materiais) compõem o restante do orçamento. O Lar também realiza eventos ao longo do ano (a Feijoada anual, bailes da Terceira Idade etc.), os quais servem tanto para arrecadar fundos quanto para ampliar a sociabilidade dos asilados. Ao todo, a instituição conta com 14 funcionários permanentes – além do diretor, trabalham lá 1 secretária, 2 lavadeiras, 2 cozinheiras, 2 faxineiras, 4 enfermeiros, 2 cuidadoras e 1 fisioterapeuta.

As reflexões aqui apresentadas são resultado de atividades de extensão universitária realizadas nessa instituição. Essas ações fizeram parte de um projeto intitulado Cidadania ao envelhecer, realizado entre 2015 e 2017 junto ao curso de Ciências Sociais da UEMS/Amambai. Primeiramente, abordaremos a relação entre sociedade e envelhecimento, demonstrando como essa última está longe de ser uma condição meramente biológica. Posteriormente, será analisado como a sociedade contemporânea trouxe novas perspectivas para o envelhecimento, criando termos como “terceira idade”.

Por fim, será realizada uma reflexão das atividades (culturais, educacionais desenvolvidas junto aos idosos do Lar do Idoso Frei Fabiano de Cristo.

Sociedade e envelhecimento

Análises recentes têm apontado que o envelhecimento da população é um fenômeno de dimensão mundial.

A população brasileira manteve a tendência de envelhecimento dos últimos anos e ganhou 4,8 milhões de idosos desde 2012, superando a marca dos 30,2 milhões em 2017, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Características dos Moradores e Domicílios, divulgada hoje pelo IBGE.

Em 2012, a população com 60 anos ou mais era de 25,4 milhões. Os 4,8 milhões de novos idosos em cinco anos correspondem a um crescimento de 18% desse grupo etário, que tem se tornado cada vez mais representativo no Brasil. As mulheres são maioria expressiva nesse grupo, com 16,9 milhões (56% dos idosos), enquanto os homens idosos são 13,3 milhões (44% do grupo)¹.

Tal situação decorre de dois fenômenos: das sucessivas quedas das taxas de fecundidade e da diminuição gradativa das taxas de mortalidade registradas nas últimas décadas. Esses dados, por sua vez, impõe a necessidade de se pensar o desenvolvimento de políticas públicas que atendam às demandas específicas desse segmento social - saúde, educação, assistência social, enfim, condições dignas de vida -, haja vista que boa parte deles enfrenta uma série de dificuldades ao alcançarem esse estágio da vida. Isso porque, de um modo geral, o processo de envelhecimento é um campo marcado por múltiplas tensões, sejam elas de ordem socioeconômica, cultural e/ou psicológica. As representações sociais que recaem sobre o rótulo social de idoso tendem a questionar a utilidade do mesmo dentro de uma teia de conflitos intergeracionais, os quais quase sempre levam à subalternização dessa categoria.

Sendo assim, cabe-nos, primeiramente, discorrer acerca das configurações sociais que levam a essa marginalização da pessoa idosa nas sociedades ocidentais. Simone de Beauvoir afirma que não é fácil circunscrever uma concepção bem definida para a velhice, especialmente quando se leva em conta a estreita interdependência dos pontos de vista biológicos, psicológicos e sociais que circundam o indivíduo (BEAUVOIR, 1990). É impossível, nesse sentido, estabelecer limites claros e rígidos que, isoladamente, possam conceituar o que são o envelhecimento e a velhice. Em último caso,

¹ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em 25 de maio de 2020.

deve-se estar atento ao contexto histórico-social no qual essas categorias são operacionalizadas. Assim como as fases do curso de vida, o corpo é uma construção social que só pode ser compreendido no interior da cultura que o produz. É sobre ele que a sociedade marca pertencimentos e exclusões, e é nele e com ele que cada um de nós constrói nossa história e nossa identidade.

Embora sejam apresentadas como critérios simplesmente objetivos, as categorias de idade com as quais o mundo ocidental moderno está familiarizado, baseadas na medição da vida em períodos cronológicos, etapas que se sucedem em ciclos biológicos e apresentam características exclusivas a cada uma, são resultado de um desenvolvimento longo e irregular. Cada sociedade humana, ancorada em sua história, organização e cultura, constrói seus próprios critérios, simbolizações, significados e valores aos quais seus membros são submetidos, não sendo a idade, necessariamente, um deles. Atribui-se, a cada grupo que nomeia dadas características, funções e necessidades exclusivas, estabelecendo um saber especializado sobre eles e, de acordo com seu grau de evolução, transforma-os em alvo de condutas assistenciais, políticas e mercadológicas específicas (BEAUVOIR, 1990; BOSI, 1994; DEBERT, 1998; MAFFIOLETTI, RIBEIRO, ROCHA, 1999).

A periodização da existência, ou seja, as idades da vida, foi expressa, segundo Ariès (1973), de diferentes maneiras desde a Grécia antiga até os dias atuais. A utilização da idade cronológica é uma construção relativamente recente, a qual começou a esboçar-se com o vislumbrar da infância enquanto um período singular da vida, que, por sua imaturidade biológica e psicológica, demandava cuidados e orientação também singulares. Desde então, a idade tornou-se institucionalizada, determinando a inclusão ou exclusão do indivíduo em relação a determinados papéis sociais. O surgimento de categorias etárias relaciona-se intimamente com o processo de ordenamento social que teve curso nas sociedades ocidentais durante a época moderna. A partir do século XIX surgem, gradativamente, diferenciações entre as idades e especialização de funções, hábitos e espaços relacionados a cada grupo etário. Desse modo, o reconhecimento da velhice como uma etapa única é parte tanto de um processo histórico amplo – que envolve a emergência de novos estágios da vida como infância e adolescência –, quanto de uma tendência contínua em direção à segregação das idades na família e no espaço social como um todo.

Sendo assim, aquilo a que nos acostumamos chamar de infância, adolescência, maturidade e velhice, é, na verdade, a elaboração simbólica de um processo biológico, tecida pelos elementos culturais e históricos de um povo

ou comunidade. A maneira como esses períodos são vistos e interpretados pela sociedade, a posição que nela ocupam, o tratamento que lhes é dispensado pelas demais gerações, são determinados e coloridos pelos contextos históricos, sociais e econômicos em que vive cada cultura (DEBERT, 1994). De modo mais preciso, pode-se dizer que a estabilização das categorias etárias deu-se ao longo do século XIX, de modo que, no século XX, pôde-se observar uma maior uniformidade no interior dos grupos etários através da demarcação razoavelmente precisa da transição entre diferentes idades e a institucionalização de ritos de passagem, como o ingresso na escola e na universidade e a aposentadoria (HAREVEN, 1995). A institucionalização da velhice deve ser vista, portanto, sob o contexto em que as “idades da vida” se tornaram mais claramente delimitadas. Como vimos, esse processo histórico foi caracterizado pela demarcação não apenas da velhice, entendida enquanto estágio distinto do ciclo de vida, mas de outras categorias etárias, como a infância e juventude, que se tornaram objetos de práticas e processos institucionais específicos - como a pediatria e a pedagogia, por exemplo (KATZ, 1996). Tal institucionalização favoreceu a formação de identidades etárias que passaram a definir, por meio de características de conduta, crenças, hábitos corporais e ideais de satisfação, a experiência de ‘habitar’ cada uma dessas etapas da vida. De fato, ser criança, adolescente ou adulto constitui grande parte da identidade dos sujeitos modernos. A crescente institucionalização das etapas da vida e o processo de identificação dos sujeitos com as categorias etárias atingiram praticamente todas as esferas da vida social, fazendo-se presentes no espaço familiar, no domínio do trabalho, nas instituições do Estado, no mercado de consumo e nas esferas de intimidade.

A velhice, portanto, é uma construção social, uma produção histórica, assim como os demais tempos da vida. Uma série de mudanças específicas e a convergência de diferentes discursos acabaram reordenando o curso da vida e gerando condições para o surgimento da velhice. Um dos fatores que contribuíram decisivamente para a construção social da velhice foi, sem dúvida, a formação de novos saberes médicos que investiram sobre o corpo envelhecido. Na virada do século XIX para o século XX, a Medicina tomou-se de interesse pela velhice como um processo que associava o avanço dos anos não apenas ao enfraquecimento ou declínio geral, mas também a condições corporais específicas, inspirando, com isso, o desenvolvimento de um conhecimento médico baseado na idade. Em sua esteira, surgiu a geriatria, que tomou para si o encargo de edificar um corpo de saber médico-científico que caracterizasse e distinguisse essa etapa do curso da vida. Com o avanço da Medicina e sua crescente transformação em áreas especializadas

de saber, as quais, desde a Revolução Francesa, se haviam posto a serviço da ordem social, coube à geriatria oferecer o material de suas observações e descobertas sobre o processo de envelhecimento, colocando-os a serviço da reestruturação do espaço social. Com sua colaboração, a gestão da velhice tornou-se encargo do Estado, deixando de restringir-se exclusivamente ao âmbito da família e da sociedade – ou de ser alvo, unicamente, de filantropia –, para tornar-se uma questão pública (DEBERT, 1996).

A geriatria, por seu turno, não só distingue a velhice das outras etapas da vida, mas também a define como decadência física. Desde o seu surgimento, a metáfora médica da velhice passou a exercer acentuada influência social, definindo não somente o envelhecimento físico como também as representações sobre a experiência de envelhecer. É nessa direção que surgirão uma série de práticas sociais voltadas ao rejuvenescimento. Todos os investimentos constantemente realizados para a contenção desse processo, para o seu atraso, retardamento ou controle, indicam que o corpo velho é o elo fraco da corrente no projeto de uma sociedade eternamente jovem. Sendo o corpo velho uma fraqueza, ele passa a ser marcado pela subalternização, representa o oposto ao ideal corporal do poder, desejado pela sociedade capitalista e vendido pela indústria da beleza. O corpo velho é visto como inadequado e impróprio. Entender essa representação social só é possível através do conhecimento da sociedade e da cultura que a construiu. Conforme afirma Magnani (2001, p. 18), “o corpo não é apenas um suporte de símbolos, mas ele próprio é uma construção social e só se torna inteligível no imaginário e quadro conceitual de cada cultura em particular”.

A dimensão social na Modernidade “encontra-se centrada na juventude, como mito e como valor que orientam a percepção de mundo e a compreensão possível da vida” (GUSMÃO, 2001, p. 113). Nossa sociedade mitificou e mistificou a juventude como o melhor tempo da vida. Suas características são exemplo e devem ser copiadas pelas demais fases da vida (MUCIDA, 2006, p. 85). De acordo com tal posicionamento, o corpo velho representa o desvio, a falha, sendo então marcado pela exclusão.

Por outro lado, por mais que a lógica de mercado ofereça recursos tecnológicos que retardem as marcas do envelhecimento nos corpos, não é possível fazer com que elas não se inscrevam, uma vez que o limite se impõe. O corpo envelhecido já não responde como antes às maquiagens, às próteses, ao ritmo acelerado, por mais que se tente impedir há um limite para o adiamento das marcas da velhice. Segundo Mucida (2006, p. 14), o novo mal-estar da cultura é “envelhecer em um mundo permeado pelo imperativo do novo”, onde o corpo idoso é o avesso do modelo corporal do poder.

Há a desvalorização do saber dos mais velhos em favor do novo, da beleza e da juventude (MUCIDA, 2006, p. 80). O conhecimento e a sabedoria, que já foram qualidades associadas à velhice, parecem atualmente já não ser mais. Isso se deve, dentre outros motivos, ao contexto capitalista no qual vivemos, que possui valores ligados às características dos jovens como rapidez, força, produtividade, padrão corporal. O velho representa uma ameaça à ordem social capitalista, posto que não é mais produtivo ao capital e está em descompasso com o imperativo do “tempo é dinheiro”. E por isso ele é relegado: por possuir características muitas vezes opostas às exigidas pelo sistema, que não o permitem mais ser tão apto ao trabalho como era quando jovem. Para Mucida (2006, p. 80), “nada é mais pernicioso para a velhice do que o discurso capitalista atual”.

A produção do discurso antienvelhecimento decorre de uma dinâmica humana que controla, organiza e distribui esses discursos estabelecendo poderes e saberes à medida que aponta alguns perigos. É notório que nem tudo pode ser anunciado e aceito. Nesse contexto, a chamada indústria da juventude ou do rejuvenescimento oferece diferentes meios para retardar os efeitos do envelhecimento e para camuflar as marcas da velhice deixadas nos corpos. A promessa do mercado é a de que “a velhice pode ser eternamente adiada através da adoção de estilos de vida e formas de consumo adequadas” (DEBERT, 1999, p. 43). Segundo Debert (1999, p. 65), é divulgado pela linguagem pública “um novo elenco de formas de manutenção corporal, envolvendo comidas saudáveis, vários tipos de ginástica, vitaminas e uma parafernália de remédios também a indicar claramente como ‘os que não se sentem velhos’ devem comportar-se”. Na sociedade moderna atual, pode-se dizer, vivemos o paradoxo de aspirar uma vida mais longa ao mesmo tempo em que recusamos as marcas e as fraquezas do envelhecimento e da velhice.

Da velhice à terceira idade

O surgimento da categoria “terceira idade” é considerado, pela literatura especializada, uma das maiores transformações por que passou a história da velhice. De fato, a modificação da sensibilidade investida sobre a velhice acabou gerando uma profunda inversão dos valores a ela atribuídos: antes entendida como decadência física e invalidez, momento de descanso e quietude no qual imperavam a solidão e o isolamento afetivo, ela passa a significar o momento do lazer, propício à realização pessoal que ficou incompleta na juventude, à criação de novos hábitos, hobbies e habilida-

des, bem como ao cultivo de laços afetivos e amorosos alternativos à família. Ultimamente, essa multidão de anônimos marcados por sua velhice - um grupo supostamente homogêneo em características e necessidades -, tem sido o foco de uma tentativa de mudança do discurso gerontológico, que, de forma fragmentada, busca transformar as ideias sobre a velhice e o envelhecimento - as quais ele mesmo ajudou a construir -, desenhando novas perspectivas e alternativas de qualidade de vida para essa geração. A criação da “terceira idade”, com seu começo aos sessenta e cinco anos, coincidindo com a aposentadoria, regulamentada, assistida e orientada pelos diversos “departamentos” da vida humana, é uma consequência desse novo olhar em construção - ou reconstrução - sobre a velhice e o envelhecimento. Tal designação tentaria apagar o lado sombrio de uma etapa que amedronta a todos nós,

Dentro desse novo discurso, a designação “velho” não é mais adequada para nomear esses “jovens senhores” e seu novo estilo de vida. Surge, desse modo, a denominação “idoso”, mais respeitosa e distintiva das camadas médias. Peixoto (1998) analisa a passagem do uso de “velho” para o ‘idoso’, tanto na França como no Brasil, e mostra a transformação do uso público das expressões relacionadas ao envelhecimento. O termo velho estava fortemente associado aos sinais de decadência física e incapacidade produtiva, sendo utilizado para designar de modo pejorativo sobretudo os velhos pobres. A partir da década de 1960, o termo começa a desaparecer da redação dos documentos oficiais franceses, que passam a substituí-lo por idoso, o qual seria, de acordo com muitas versões, menos estereotipado. Ao mesmo tempo, o estilo de vida das camadas médias começa a se disseminar para todas as classes de aposentados, que passam a assimilar as imagens de uma velhice associada à arte do bem viver. Surge o termo terceira idade, que torna pública, estabiliza e legitima a nova sensibilidade investida sobre a velhice. Parece claro a contribuição decisiva dessa nova denominação para criação e difusão de uma nova e positiva imagem da velhice. Ao comentar o cenário brasileiro, Peixoto (1998) argumenta que a introdução da noção de terceira idade representa uma importação das denominações adotadas pelas políticas públicas francesas, sendo o termo velho gradativamente substituído por idoso nos documentos oficiais. Entretanto, as ambiguidades próprias à nossa realidade fizeram com que certas imagens ganhassem sentidos mais sutis, tanto que o termo velho parece se manter, sendo comumente utilizado para designar pessoas velhas pertencentes às classes populares, enquanto idoso, um termo supostamente mais respeitoso, é utilizado para aqueles de classes médias e superiores.

É nesse ponto que a problemática da “velhice” torna-se uma questão propriamente política. O envelhecimento acentuado da população é tido como um problema, pois a sociedade não se vê preparada para receber esse contingente populacional que exige demandas sociais próprias. As décadas de 1980-1990 foram férteis, no Brasil, na criação de leis e ações sociopolíticas voltadas à pessoa idosa. Surgiu-se uma maior visibilidade em razão da transição demográfica, mas, também, pela presença de velhos no cotidiano da mídia em manchetes e matérias sobre questões que os envolviam. Contudo, somente a partir da década de 1990 constata-se o aumento de programas destinados aos idosos brasileiros, tais como o Plano de Ação Mundial sobre o Envelhecimento (PAME) e a Política Nacional do Idoso (PNI). A Agenda 21 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida em 1992 – colocou os velhos como integrantes dos grupos vulneráveis, ao lado dos pobres urbanos e rurais, populações indígenas, crianças, mulheres, desabrigados, doentes terminais e incapacitados. Com o intuito de criar um conjunto de direitos voltado à proteção especial dessa população, foi instituído no Brasil, em 2003, o Estatuto do Idoso. Nele, ficou caracterizado como obrigação da família, do Poder Público e da sociedade a garantia dos direitos básicos dos idosos. Através desses programas, o velho/idoso tornou-se, concretamente, um sujeito político, no sentido de se configurar enquanto um grupo que, devido ao processo de subalternização que vivencia em nossas sociedades, exige demandas políticas específicas para a garantia da sua cidadania.

Na cultura ocidental, portanto, a velhice se diferenciou como uma etapa do curso da vida, ganhando contornos próprios, até tornar-se uma das “ameaças” para a economia das nações. De certa forma, o surgimento da “terceira idade” pode ser considerado como uma tentativa de rompimento com as imagens negativas da velhice que, como vimos, predominavam no início do século. Diferentemente da “velhice”, a “terceira idade” se caracterizaria por ser uma fase da vida em que as pessoas aproveitariam intensamente o seu tempo, na busca de realizações pessoais. O lazer, os cuidados com o corpo e a saúde, a ampliação do círculo social e até mesmo o exercício da sexualidade parecem estar presentes nessas novas representações sociais do envelhecimento. Os termos são importantes: a “velhice” é substituída pela “terceira idade”, e os “velhos” tornam-se “idosos”. Essa mudança de discurso, por sua vez, pode trazer sérias consequências para aqueles que não se encaixam nesses novos padrões. Talvez a pouca visibilidade das instituições asilares nos dias atuais esteja relacionada a tal transformação, uma vez que a população institucionalizada dificilmente se encaixa nos estereóti-

pos acerca da terceira idade. Desse modo, ao invés dos asilos, os jornais preferem divulgar as novas formas de institucionalização do “idoso” - centros de convivência, universidades da terceira idade e outros.

Os idosos asilados e suas múltiplas experiências

Durante a realização das ações de extensão universitária, uma das principais dificuldades esteve no fato de se lidar com um público-alvo em situações bastante heterogêneas. A condição física e psicológica dos asilados é plural. Três deles estavam acamados, outros eram cadeirantes e vários tinham dificuldades de locomoção. Poucos se encontravam em condições plenas de mobilidade. Alguns estavam bastante lúcidos durante as visitas, mas outros apresentavam dificuldades de comunicação ou lapsos de memória. Diante disso, não foi possível elaborar atividades mais integrativas, que fossem realizadas em grupo. Procurou-se realizar atividades individuais, de acordo com as especificidades de cada idoso.

Durante os nossos primeiros encontros, resolvemos fazer uma pesquisa exploratória, a fim de conhecer a realidade do Lar e dos asilados. O objetivo, também, era o de nos apresentar. Os idosos estavam acostumados com as visitas de grupos religiosos, os quais conversavam e realizavam orações, ou então de doadores e indivíduos que vinham levar algum tipo de entretenimento. Geralmente, música e/ou dança. A presença de alunos e professores universitários lhes era estranha. Não entediam qual seria o interesse da universidade em um “grupo de velhos”. Contávamos a eles que, atualmente, existia até a “Universidade da Terceira Idade”, um ramo universitário voltado exclusivamente para os idosos. Na verdade, a própria universidade era uma instituição distante da realidade dessas pessoas. Alguns até tinham filhos ou neto que frequentaram ou frequentam o ensino superior. A maioria, todavia, era analfabeta ou tinha escolaridade baixa. Tal situação deixa pistas sobre como o capital cultural pode ser determinante não apenas para a trajetória no mercado de trabalho, mas também quando as pessoas deixam esse universo.

A situação complicava ainda mais quando tentávamos explicar o que se estudava em um curso de Ciências Sociais, disciplina que eles nunca tinham ouvido falar. Provavelmente, ficaram com a impressão de que, assim como outros, estávamos exercendo uma atividade puramente de filantropia. Até mesmo entre os visitantes e funcionários, a presença da universidade constituiu uma novidade. Diversas vezes, ouvimos a seguinte pergunta: “você pertencem a qual grupo religioso?”. Nesse ponto, as ações de exten-

são cumpriram seu objetivo, demonstrando que o trabalho da universidade está para além de seus muros, não se restringindo a uma formação baseada somente em aulas. Isso foi importante especialmente em relação à visibilidade do curso de Ciências Sociais. Os poucos que já sabiam da sua existência, associava-o a um conhecimento simplesmente teórico. “Serve para ser professor”, disseram alguns. Através das nossas ações, puderam perceber que o cientista social é capaz de realizar intervenções práticas; que o seu conhecimento pode ser aplicado.

Em um segundo momento, procuramos conhecer os idosos. Entender suas histórias de vida e procurar saber o que motivou a ida ao Lar, a fim de se pensar em estratégias de ação. A primeira impressão é a de que muitos apresentavam desmotivação, falta de perspectiva, instabilidade emocional e limitações físicas. Em torno de 15 idosos participaram das atividades como artesanato, desenho, ouvir música, brincadeiras. Para a realização de artesanatos, levamos material e confeccionamos, com a ajuda de alguns asilados, pequenos produtos como porta objetos, enfeites, copos e embalagens para presentes. Para os idosos, tais atividades propiciaram uma possibilidade de serem ativos em uma realidade que os relega a uma situação de quase completa dependência. A perda da autonomia, nesse sentido, afeta diretamente a autoestima dessas pessoas. A confecção de artesanato, além de possibilitar novas formas de comunicação, pode possibilitar esse autorreconhecimento. No caso dos desenhos, as ações tornaram-se ainda mais interessantes. Com o passar do tempo, estávamos mais familiarizados com o público-alvo, criando um ambiente com melhores condições para as nossas ações. Sentíamos mais livres para propor novas atividades sem sermos invasivos. Através dos desenhos, os asilados foram capazes de expressar memórias do seu passado. É através das memórias que construímos as narrativas que sustentam nossas identidades pessoais e coletivas. As identidades, todavia, são ambivalentes. Alguns idosos compartilharam memórias de momentos tristes, enquanto a maioria se sentiu bem ao expressar-se através de desenhos. Tais intervenções estimularam parte dos mesmos a uma busca contínua para as artes, assim como levou esperança e até um sentido de vida – mesmo que pontual - para alguns.

Do ponto de vista sociológico, a parte mais importante das atividades foi a de conhecer um pouco da trajetória de vida dessas pessoas, as quais puderam ser captadas por meio de entrevistas consentidas. AMR, de 96 anos, estava há 8 meses no Lar do Idoso Frei Fabiano de Cristo. Foi para lá quando o esposo faleceu, pois, segundo ela, nem o filho nem a nora tinham “condições de cuidar dela”. Ela afirma gostar da vida no Lar do Idoso, uma vez que

é bem tratada. AMR diz não receber visitas, pois todos eles já faleceram. Não toca mais no nome do seu filho. A dificuldade em falar de determinados assuntos fica visível em algumas entrevistas. A perda de contato com seus laços sociais parece sempre caracterizar uma situação de abandono. De um modo geral, as condições que trouxeram os asilados ao Lar do Idoso Frei Fabiano de Cristo é sempre a mesma: incapacitados de exercerem sua autonomia, tanto do ponto de vista físico/mental como social, eles acabaram sendo transferidos para uma instituição especializada. Alguns já haviam rompido ou perdido seus laços familiares antes mesmo de se transferirem, enquanto outros, ao terem o seu poder de decisão dentro da própria família corrompido, foram mandados para o abrigo.

No Brasil, o modelo asilar está longe de ter sido abandonado. O Brasil conta, atualmente, com pouco mais de 5.500 ILPIs (Instituições de Longa Permanência de Idosos), sendo apenas 238 delas públicas e a maioria de origem filantrópica². Os asilos surgiram na Idade Média como a instituição onde eram abrigadas pessoas consideradas doentes mentais, as quais, de acordo com a percepção da época, precisavam ser excluídas da convivência em sociedade. Acreditava-se que “loucos” e “desviantes” – entre elas os velhos – tinham de ser isolados. Embora hoje em dia eles sejam encarados pelo Poder Público como uma modalidade de serviço assim como escolas, creches e hospitais, a história da instituição continua corroborando a imagem dos asilos como um lugar precário e onde ocorre o isolamento dos abrigados. Perdendo seu poder de decisão no âmbito da família – perda esta que, na grade maioria dos casos, está ligada, conforme mencionado acima, ao fato de muitos velhos não corresponderem aos anseios e expectativas das sociedades modernas - milhares de idosos brasileiros dependem da ILPIs para tentarem levar uma vida minimamente digna.

MJF, 62 anos, há três anos no Lar do Idoso, já morava sozinha antes de ser asilada. Foi pra lá depois de sofrer uma queda na qual lesionou uma das pernas. Segundo ela, como não tinha ninguém para “cuidá-la”, resolver ir morar no Lar do Idoso Frei Fabiano de Cristo. Ela afirma não gostar da vida na instituição, mas faz questão de agradecer o trabalho dos funcionários. Considera ser bem tratada. Para justificar a sua classificação negativa do Lar do Idoso, destaca que “não gosta que mexam nas suas coisas”. Tal situação pode incomodar alguns idosos. Se, para muitos daqueles que se encontram em instituições asilares, a possibilidade de se alargar os contatos sociais é

2 Disponível em <<http://conselhos.piracicaba.sp.gov.br/cmi/2014/11/18/casa-de-reposouso-ou-casa-da-gente-qualidadedevida-direitodoidoso/>>. Acessado em 25 de maio de 2020, às 15 horas.

enxergada de maneira positiva, outros não enxergam com bons olhos o fato de ter de dividir espaço com pessoas desconhecidas. Parece ser o caso de MJF. Ela morava sozinha e, de repente, teve de compartilhar quarto e uma casa onde circulam, diariamente, no mínimo 50 pessoas. Ela considera uma invasão de privacidade “mexerem nas suas coisas”. Por fim, MJF diz, emocionada, receber poucas visitas. Apenas algumas vezes os filhos aparecem e a levam “pra passear”.

ZMR, 63 anos, também teve dificuldades para se relacionar com companheiros asilados. Foi isso que a levou, em 2013, ao Lar do Idoso Frei Fabiano de Cristo. Ela residia em um Lar do Idoso em Ponta Porã, município localizado a 90 Km de Amambai, quando teve uma desavença com outra idosa e, de acordo com ela mesma, pediu para ser transferida. ZMR já morava sozinha há muito tempo. Perdeu a mãe quando tinha apenas 12 anos. Teve duas filhas. Uma mora no Japão e outra, em Corumbá – município sul-mato-grossense distante 700 km de Amambai. As duas foram criadas pela avó paterna e sequer sabem que, atualmente, a mãe vive em uma instituição asilar.

Considerações finais

É difícil mensurar o impacto de uma ação de extensão universitária como esta. Na maioria dos casos, fomos bem tratados e sentimos que estávamos auxiliando na promoção da autoestima dessa população³. Vários deles sempre pediam para que voltássemos. Sempre partimos da premissa de que a extensão universitária não é ação assistencialista ou voluntária, mas sim um trabalho participativo, horizontal, no qual diferentes interlocutores compartilham seus saberes na formação de uma visão global e integrada acerca dos problemas sociais. No entanto, há de se considerar os limites. Até que ponto visitas pontuais são capazes de enfrentar um problema que, como vimos, é estrutural em nossa sociedade? A palavra “cuidado”, tão repetida nas entrevistas, revela toda a condição de vulnerabilidade dessas pessoas que perderam a própria autonomia.

No que diz respeito aos estudantes de Ciências Sociais que fizeram parte das atividades realizadas junto ao Lar do Idoso Frei Fabiano, a participação foi positiva. Através das ações de extensão, eles puderam visualizar os ensinamentos aprendidos na universidade. A participação no projeto possi-

³ Houve casos de idosos que se recusaram a participar das atividades ou dar entrevista. Tais recusas, todavia, foram sempre respeitadas e interpretadas a partir do contexto psicossocial no qual esses indivíduos se encontravam.

bilitou a estimulação de uma “imaginação sociológica”⁴ entre os alunos. Ao analisarem a situação dos idosos asilados, os estudantes conseguiram perceber que a condição individual de cada um depende das relações sociais nas quais os sujeitos estão (ou não) inseridos; que as trajetórias individuais sempre dependem do coletivo. Nesse sentido, o projeto de extensão junto ao Lar do Idoso propiciou aos acadêmicos participantes a observação e a intervenção prática junto a um dos temas mais debatidos em sala de aula: as desigualdades sociais que assolam a sociedade brasileira. Puderam perceber ainda os efeitos psíquicos do estabelecimento de interações sociais horizontais. O “lar”, palavra que visa substituir o termo “asilo”, não consegue, para muitos dos idosos asilados, alcançar o verdadeiro significado nesse termo. Lar remete à construção afetiva de um lugar enquanto a sua moradia permanente. Com foi possível perceber na fala de alguns deles, não há uma identificação do “Lar do Idoso” como seu local de pertencimento. A instituição serve para tentar amenizar um problema social: abrigar aqueles que foram descartados do seu antigo lar.

Referências

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

BEAUVOIR, S.. **A Velhice**. RJ: Nova Fronteira, 1990.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. RJ: Companhia das Letras, 1994.

DEBERT, G. G. Pressupostos da Reflexão Antropológica sobre a Velhice. In **Antropologia e Velhice**, Textos Didáticos. SP: IFCH/UNICAMP. 1994

DEBERT, G. G. As Representações (Estereótipos) do Papel do Idoso na Sociedade Atual. In: **Anais do I Seminário Internacional Envelhecimento Populacional: uma Agenda para o Final do Século**. DF: MPAS - SAS, 1996.

4 “A imaginação sociológica capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e para a carreira exterior de numerosos indivíduos. Permite-lhe levar em conta como os indivíduos, na agitação de sua experiência diária, adquirem frequentemente uma consciência falsa de suas posições sociais. (...) O primeiro fruto dessa imaginação - e a primeira lição da ciência social que incorpora - é a ideia de que o indivíduo só pode compreender sua própria experiência e avaliar seu próprio destino localizando-se dentro de seu período; só pode conhecer suas possibilidades na vida tornando-se cômico das possibilidades de todas as pessoas, nas mesmas circunstâncias em que ele.(...) A imaginação sociológica nos permite compreender a história e a biografia e as relações entre ambas, dentro da sociedade. Essa é sua tarefa e sua promessa. A marca do analista social clássico é o reconhecimento delas [...]” (MILLS, 1975, p.11-12).

DEBERT, G. G. A Antropologia e o Estudo dos Grupos e das Categorias de Idade. In: **Velhice ou Terceira Idade?** Barros, M.M.L. org. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp.49-67.

DEBERT, G. G. **A Reinvenção da Velhice**. SP: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 1999.

GUSMÃO, N. M. M. A maturidade e a velhice: um olhar antropológico. In: NERI, Anita Liberalesso. **Desenvolvimento e envelhecimento**: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. Campinas, SP: Papyrus, 2001

HAREVEN, T. **Changing images of aging and the social construction of the life course**. In: Featherstone, Mike; Wernick, Andrew (Org.). Images of aging: cultural representations of later life. London: Routledge. p. 119-135. 1995.

KATZ, S. **Disciplining old age**: the formation of gerontological knowledge. Charlottesville: University Press of Virginia. 1999.

MAFFIOLETTI, V. L. R. RIBEIRO, B; ROCHA, O. L. O Velho: um Novo Problema? In: **Cadernos Pestalozzi** – n.2. RJ: Nota Bene Editora, 1999.

MAFFIOLETTI, V. L. R. Velhice e Família; reflexões clínicas. **Revista Psicologia**: Ciência e Profissão, , Brasília, v.15, n.3, p. 336-351, 2005.

MAGNANI, J. G. C. Antropologia e Educação Física. In: CARVALHO, Yara Maria de; RUBIO, Kátia (Orgs.). **Educação Física e Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 17-26.

MILLS, C. W. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

MUCIDA, A. **O sujeito não envelhece**: psicanálise e velhice. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idosos, terceira idade... In: Barros, Myriam Moraes Lins de (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: FGV. p.69-84. 1998.

SILVA, L. R. F. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. Rio de Janeiro, **Revista História, Ciências, Saúde**, v.15, n.1, p. 155-168, janeiro-março de 2008.

WORLD Health Organization. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

Recebido em: 01 de junho de 2020.
Aprovado em: 05 de agosto de 2020.

1 Graduando em Direito Pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Integra o Grupo de Pesquisa em Criminologia. Compõe o quadro de pesquisadores associados à Rede de Estudos Empíricos em Direito. Foi bolsista, pela Universidade Estadual de Feira de Santana, do Projeto de Extensão Mediação Popular e Orientação Sobre Direito.

E-mail: d.s_navarro@hotmail.com

2 Possui graduação em direito pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Especialização em Direito do Trabalho pelo IBPEX. Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social na UFRB. Especialização em Direito Penal no Complexo Educacional Damásio de Jesus. Atualmente é professora substituta junto à Universidade Estadual de Feira de Santana e professora do curso de Direito da Faculdade Anísio Teixeira.

E-mail: nessa.mascarenhas@gmail.com

Artigo

O PROJETO “MEDIÇÃO POPULAR E ORIENTAÇÃO SOBRE DIREITOS”: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA O DIREITO E EMPODERAMENTO

THE PROJECT “POPULAR MEDIATION AND GUIDANCE ON RIGHTS”: AN EDUCATION EXPERIENCE ON LAW AND EMPOWERMENT

Douglas Silva Navarro¹

Vanessa Mascarenhas Lima²

Resumo

O presente artigo tem como tema a proposta de intervenção do projeto extensionista Mediação Popular e Orientação Sobre Direitos junto à comunidade feirense. Apresenta como objetivo geral compreender como as atividades desenvolvidas pelo projeto estão inseridas na perspectiva de Educação em Direitos Humanos e de empoderamento social; e como objetivos específicos: fazer o levantamento de quais parcelas da população são mais atendidas pelo projeto, mapeando onde essas parcelas são encontradas na cartografia social em relação a sexo, raça/cor/etnia, escolaridade, renda e situação de emprego; e descrever as principais estratégias utilizadas pelo projeto e suas possíveis relações com os conceitos de educação em Direitos Humanos e de empoderamento. A pesquisa cujo resultado compõe este artigo é de abordagem qualitativa, do tipo descritivo. Os dados foram produzidos a partir de uma análise de caso de cunho bibliográfico-documental, que levou em conta os registros produzidos pelo projeto durante três anos, de 2017 a 2019. Os resultados indicam que o projeto tem promovido a educação

em Direitos Humanos e o empoderamento junto à comunidade atendida.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos. Empoderamento. Mediação Popular. Orientação Jurídica.

Abstract

The article has the proposal of intervention of the extensionist project *Mediação Popular e Orientação sobre Direitos* in the feirense community. It presents like understanding general objective how them activities developed by the project are inserted in the Education perspective in Human rights and of empowerment social; and like specific objectives: doing the lifting from which you schedule in installments of the population they are more attended by the Project, mapping where are these pieces found in the social cartography regarding sex, race/color/ethnicity, schooling, income and situation of work; and to describe the main strategies used by the Project and his possible relations with the educational concepts in Human rights and of empowerment. The search whose result composes this article is of qualitative approach, of the type descriptive. The data were produced from an analysis of the case of documentary-bibliographical hallmark, that he took into account the registers produced by the project for three years, of 2017 to 2019. The results indicate that the Project has been promoting the education in Human Rights and the empowerment in the attended community.

Keywords: Education on Human Rights. [Empowerment](#). Popular Mediation. Legal advice.

Introdução

O projeto *Mediação Popular e Orientação Sobre Direitos* se configura como uma ação estruturada sobre os pilares Ensino/Pesquisa/Extensão e é conduzido a partir da percepção de que ainda existe um expressivo abismo entre as normas legais atinentes aos Direitos Humanos e a realidade social de parcela substancial da população brasileira. Busca-se representar, assim, uma confluência de interesses que nascem do meio social e englobam a Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS – em parceria com o Escritório de Direitos Humanos – JUSPOPULI em fomentar o alargamento/aprofundamento de relações sociais mais harmônicas e capazes de funcionar em sintonia com os preceitos e princípios relativos aos Direitos Humanos.

A comunidade participante está em uma das zonas periféricas de Feira de Santana, que se mostram desprovidas de determinadas informações jurídicas sobre o que fazer e a quem recorrer nos casos em que seus direitos

são negados, violados ou mesmo desconhecidos. O projeto é fixado em um ponto de grande vulnerabilidade dentro do circuito urbano feirense, o que permite dizer que a estreita proximidade entre a população carente e o Escritório de Mediação possibilita um menor deslocamento entre eles. Está-se falando de uma comunidade que vive em subempregos, concentrando-se no trabalho informal.

Deste modo, as ações extensionistas buscam atrelar-se à promoção de práticas (trans)formadoras das vivências humanas, efetivamente preventivas de violência e empoderadoras, através da difusão de conhecimentos jurídicos, da orientação sobre direitos e, quando necessário, através da mediação popular sobre direitos disponíveis ou por meio do encaminhamento/acompanhamento dos sujeitos aos órgãos competentes para buscarem seus direitos e o acesso a serviços públicos.

É dessa maneira que se fundamenta este artigo científico, tendo como tema a atuação do projeto extensionista Mediação Popular e Orientação Sobre Direitos junto à comunidade feirense. Desta sorte, procura compreender como as atividades desenvolvidas pelo projeto estão inseridas na concepção de Educação em Direitos Humanos e de empoderamento social, ao mesmo tempo em que tenta perceber seus limites e desafios.

Esta pesquisa se configura como uma análise de caso em uma perspectiva pragmática, de cunho bibliográfico-documental. Buscou-se, assim, fazer uma investigação se debruçar sobre os aspectos do projeto extensionista Mediação Popular e Orientação Sobre Direitos, visando a apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador e suas inter-relações com os conceitos abordados.

No mesmo sentido, as análises aqui desenvolvidas se evidenciam enquanto uma pesquisa quantitativa de tipo descritivo, partindo da perspectiva de que, conforme preceitua Gil (2008), tem como objetivo descrever o máximo possível sobre o assunto estudado, apresentando suas características, seus conceitos, para depois analisar a relação entre os dados e as hipóteses definidas no tema.

Nada obstante, importante se faz compreender que esta pesquisa pretende partir não só de um esforço teórico, mas objetiva se firmar também em seu caráter empírico, buscando-se analisar, no cotidiano, as consequências/reflexos das ações do projeto Mediação Popular e Orientação Sobre Direitos quanto à educação para o direito e ao empoderamento dos cidadãos.

Do conflito à mediação e ao empoderamento: apontamentos teóricos

Os seres humanos, como sujeitos históricos e por sua natureza conflituosa, sempre na busca da satisfação de suas necessidades que não se resumem exclusivamente à sobrevivência ou às carências primárias, vão além, pois se entrelaçam com questões de ordem política, social, cultural e econômica, fazendo com que determinadas necessidades cresçam, se reproduzam, ou diminuam com uma velocidade surpreendente, gerando, destarte, conflitos/situações-problemas, muitas vezes em âmbitos interpessoais e/ou coletivos (SPENGLER, 2012).

Dessa forma, o processo de constantes embates de força e a manutenção de conflito que derradeiramente parecem insuperáveis originam quadros de beligerância em diversas escalas. Esse sentimento de constante atrito faz com que qualquer ação possa ser justificativa para o ajuizamento de uma demanda judicial. Contudo percebe-se:

[...] uma jurisdição ineficaz, com judiciário que decide sobre aquela relação social especificamente demandada, o que não impede, todavia, que outras tantas, com novas características, se manifestem ou que continuem existindo a própria relação social enquanto relação social. A decisão do Poder Judiciário interrompe apenas aquela relação, mas não impede o surgimento de outras, pois a ela não cabe eliminar, apenas decidir o conflito. (GIMENEZ, 2018, p. 34).

E essa busca insaciável pelo Poder Judiciário, representando a manutenção dos conflitos pelo viés institucional-formal, fomenta uma cultura jurídica que se manifesta quase única e exclusivamente por meio de uma concepção normativa de direito, cuja identidade se acha em constante crise, decorrente dos excessos da razão instrumental, reduzindo-se a uma aplicação lógico-mecânica do direito, o que acarreta a expansão de um caminho unilateral para os mecanismos de produção e circulação do entendimento sobre o Ordenamento Jurídico e sobre o próprio Direito (LYRA FILHO, 2000). Para Warat (2001, p. 81),

Os magistrados operam sobre o conflito interditando-o ou congelando-o no tempo, eliminando a variável temporal para poder marcar as controvérsias em um plano de abstração jurídica que permita controlar as variáveis com as quais organizam suas decisões.

Pode-se compreender que o processo, dentro dos marcos institucionais, possui um tempo único, hermeticamente fechado, que só se encerra por uma sentença, uma decisão repleta de complexas palavras, exarada por um juiz apático à situação, que reverbera diretamente na vida das pessoas. Todavia, esse ritual esquece que as pessoas são singulares e que o tempo para cada uma se manifesta diversamente.

No processo judicial, o juízo deve julgar circunscrito à lei, comumente distantes da complexidade da realidade social (GIMENEZ, 2018). Não só a linguagem, inacessível ao grande público, mas a própria estrutura física dos fóruns, juizados, cartórios etc. são feitas de modo a nada parecer natural. A figura do palácio da justiça, a grandiosidade da arquitetura, as enormes portas, sempre fechadas e emitindo constantes mensagens de "proibida a entrada", as roupas permitidas dentro dos recintos, pilastras simétricas, labirínticas paredes opacas, a separação por barreiras dos espaços onde as pessoas se sentam, os tetos altos, delimitam lugares e não-lugares. A totalidade das coisas é construída de modo a tudo parecer distante, incompreensível, insociável e inatingível, o que debilita/mitiga os laços sociais, entrava qualquer influência natural sobre os outros e, por consequência, intensifica as conflituosidades.

Em cotejo com as discussões trazidas por Bourdieu (2011) sobre Poder Simbólico, pode-se perceber que, no processo judicializado sob a ótica institucional, importa apenas a decisão exarada, que se perpetua no tecido social do Poder simbólico exercido pela interpretação da Lei e, por conseguinte, pelo próprio direito. Assim, nos litígios jurídicos, o juízo competente prolata a sentença direcionada a conflitos específicos, contudo não necessariamente há uma melhora na qualidade de vida das pessoas/grupos integrantes da lide, mesmo para os vencedores. Isso porque a jurisdição estatal não presta uma contrapartida satisfatória à situação-problema que frente a ela é posta.

Warat (2001), nesse sentido, chama atenção para a necessidade do que ele denomina de humanização do direito pela ética da outridade, o que pode ser entendido pela abertura de espaços de reconhecimento do outro e, ulteriormente, de um conceito mais novo e mais humano de justiça.

Propõe-se, desta sorte, um modelo voltado para a comunicação e o diálogo, para a afetividade e a amizade, para a alteridade e a fraternidade. Assim, frente a uma demanda social, deve-se não somente ser distribuída uma resposta, muitas vezes vaga ou infundada, para solucionar determinada questão, mas, com efeito, essa resposta deve eivar resultados que correspondam às exigências sociais (GIMENEZ, 2018).

Sob este mesmo aspecto, traduzindo um pouco do conceito da mediação popular na experiência do Juspopuli, percebe-se que:

A mediação [popular], em seu modelo tradicional, se caracteriza pela intervenção de um terceiro no conflito que funciona como facilitador do diálogo entre as partes, não podendo o mediador propor nenhum acordo, haja vista que este – quando obtido – deve ser fruto do mútuo entendimento entre os conflitantes. (BEZERRA, 2013, p. 07).

Assim, apesar de não existir um sentido único, pacificado sobre o que

é Mediação Popular, por ser ele muitas vezes ambíguo, entende-se que ela é, neste trabalho, uma forma alternativa à rígida e burocrática jurisdição estatal para a administração/resolução das situações-problemas. A Mediação Popular, neste sentido, está para além de uma simples técnica, se firmando como expressão estrutural dos Direitos Humanos¹, da alteridade e da cidadania.

Vale destacar que um dos fatores fundamentais na construção de uma mediação transformadora, que é, na mediação, o caracterizador Popular – também denominado de Comunitária ou Social. Essa denominação surge de uma demanda social por efetivação, celeridade e democratização da justiça, acumulando esforços para que a sociedade civil (sem excluir uma possível atuação da Administração Pública) crie núcleos de mediação, fora do tecnicismo legal, capacitando pessoas da própria comunidade para exercerem o papel de mediador (SIMÕES; LELIS, 2009).

A ação mediativa, nesse molde, deve ser realizada por pessoas oriundas da própria comunidade, com o intuito de promover empoderamento e emancipação, tendo por finalidade a harmonização das comunidades mais pobres, ampliando seu acesso à justiça, numa perspectiva pensada pela comunidade, construída pela comunidade, e para atender os fins da própria comunidade (NASCIMENTO, 2010).

Quando se fala aqui em empoderamento², pretende-se operar o conceito entendendo-o enquanto a produção individual e coletivamente condições e aparatos que permitam com que grupos minorizados ajam, num processo autônomo, para assegurar condições de vida mais favoráveis, que garantam o direito de plena participação na tomada de decisões que possam influir no rumo de suas histórias (BERTH, 2019). Desta feita, deve-se operar o empoderamento necessariamente a partir do prisma das populações invisibilizadas pelo olhar dominante, na busca da alteração das dinâmicas das relações de poder (FREIRE, 1987).

Tomando por sustentáculo a perspectiva trazida por Freire (1987),

¹ Esse entendimento parte da compreensão de que a Mediação Popular é uma alternativa de acesso à justiça, sendo, assim, um mecanismo de garantia de direito humano e fundamental.

² Em recente pesquisa desenvolvida pela pesquisadora Joice Berth (2019), anota-se que conceito designa "o processo de ganhar liberdade e poder para fazer o que você quer ou controlar o que acontece com você. Da mesma forma, a palavra "empoderamento", ao pé da letra, significa dar poder ou capacitar. Para o sociólogo, era preciso instrumentalizar certos grupos oprimidos para que pudessem ter autonomia". (BERTH, 2019, p. 29). Para a autora, pensando no atual contexto histórico e sociocultural dos problemas que tocam as minorias sociais, empoderar pode ser compreendido como o pensar e o agir para a reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo com o constante estado de manutenção de desigualdades.

quando se fala em empoderamento - enquanto processo de dar poder a algo ou alguém - não se trata de um processo exógeno, transmitido por um agente externo que se incumba do encargo de levar a verdade e a libertação aos grupos oprimidos. Ao contrário, o empoderamento se fundamenta na (auto)nomia.

O empoderamento de que trata a mediação popular é o de concepção freiriana, forjada na ideia de libertação do povo oprimido, pois nela, concentram-se expectativas, outrora esquecidas e/ou silenciadas, estimulando-as a moverem-se em um processo de caráter educacional e pedagógico, impulsionando, neste diapasão, o empoderamento, o acesso à justiça, fomentando o protagonismo coletivo e social e encorajando a (auto)nomia, a (auto)confiança e a (auto)estima dos mediados.

Nesses termos, mediar está longe de ser uma resposta no fim do caminho, mas seria parte do próprio caminho. Mediar é permitir que o problema seja debatido, que os indivíduos reconheçam em si também o conflito, mas é também permitir o questionamento quanto as estruturas sociais nas quais os conflitos estão postos, é educar em Direitos Humanos, que, por sua vez:

[...] parte de três pontos essenciais: primeiro, é uma educação de natureza permanente, continuada e global. Segundo, é uma educação necessariamente voltada para a mudança, e terceiro, é uma inculcação de valores, para atingir corações e mentes e não apenas instrução, meramente transmissora de conhecimentos. Acrescente-se, ainda, e não menos importante, que ou esta educação é compartilhada por aqueles que estão envolvidos no processo educacional - os educadores e os educandos - ou ela não será educação e muito menos educação em direitos humanos. (BENEVIDES, 2000, p. 01).

Essa compreensão de Educação em Direitos Humanos firma-se em um esforço de (re)construção simbólica do conflito a partir do trabalho de reflexão dos indivíduos educandos, de modo a favorecer saídas mais compensatórias e caminhos mais harmônicos, atrelando sempre o conflito, chamado aqui também de situação-problema, à diversidade e à movimentação social inerentes à sociedade, permitindo perceber tal situação como oportunidade e possibilidade de crescimento individual e coletivo, construindo, para Warat (2000), uma forma ecológica - alternativa (com o outro) - de resolução dos conflitos sociais e jurídicos.

À vista disto, conflito passa a ser entendido, não como um mal a ser extirpado, mas como um desdobramento da convivência entre as pessoas, que carece de compreensão. Assim, o trato das problemáticas presentes na sociedade passa a ser entendida como de responsabilidade da própria sociedade, colocando os indivíduos que a compõem no centro das questões.

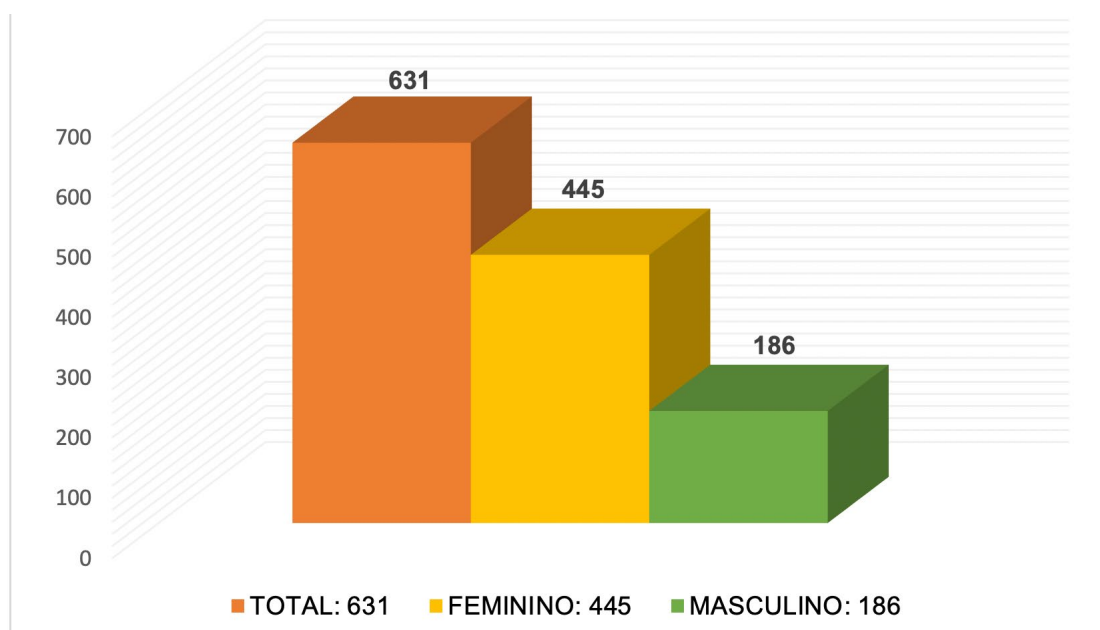
Trata-se de visualizar uma teoria do conflito que entenda o conflito, a

controvérsia, como uma forma de produzir, a partir do outro e com outro, a diferença. O conflito deve ser olhado, nesta perspectiva, enquanto "forma de inclusão do outro na produção do novo", definindo o que Warat denomina de "outridade", processo que, dentro da mediação, deve ser entendido como a possibilidade de administrar, com outro, o diferente para produzir a diferença (WARAT, 2001, p. 82).

Análises das ações do projeto Mediação Popular e Orientação sobre direitos

Para isso, procurou-se analisar os registros de atendimentos diários, além dos relatórios mensais e anuais produzidos pelo Projeto Mediação Popular e Orientação Sobre Direitos durante o tempo compreendido entre janeiro de 2017 e dezembro de 2019, o que permitiu chegar à percepção de que foram 631 pessoas atendidas pelo projeto, em cerca de 703 procedimentos que envolveram desde o encaminhamento de documentação pessoal com gratuidade aos postos de atendimento competentes em Feira de Santana e em outros estados do Brasil até os processos de mediação e orientação referentes a temas ligados a união estável, separação e divórcio, investigação de paternidade, pensão alimentícia, guarda e adoção, divisão de bens, contratos, direito do consumidor, direito penal, direito trabalhista, posse e propriedade, benefícios e direitos referentes ao INSS, conflitos de vizinhança, direito de sucessão, dentre outros. Assim, temos:

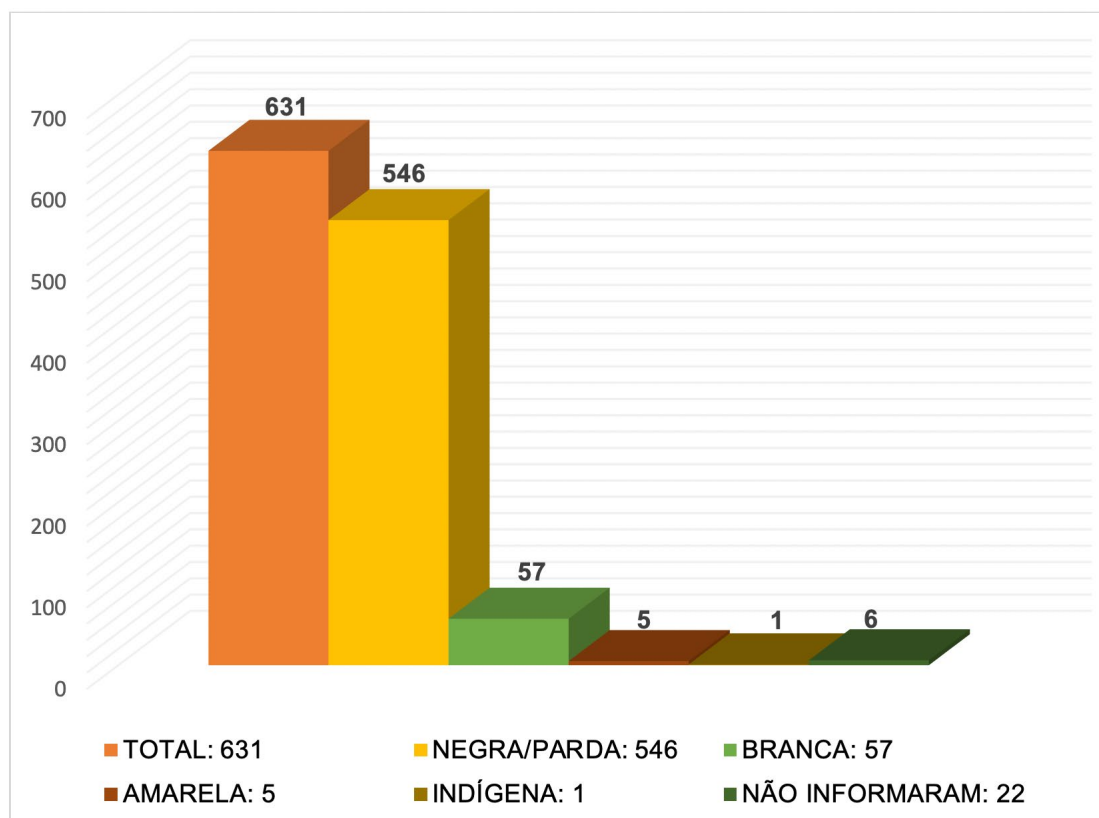
Figura 1 - Pessoas atendidas quanto ao sexo



Fonte: elaborado pelo autor.

Quanto ao sexo, do total de 631 pessoas, 445 (aproximadamente 70,5%) se declararam do sexo feminino, em contraste com 186 (aproximadamente 29,5%) que se declararam do sexo masculino. Pôde-se notar que o número de atendidas é composto majoritariamente por mulheres, chegando a evidenciar mais que o dobro de homens atendidos.

Figura 2 - Pessoas atendidas quanto à raça/cor/etnia



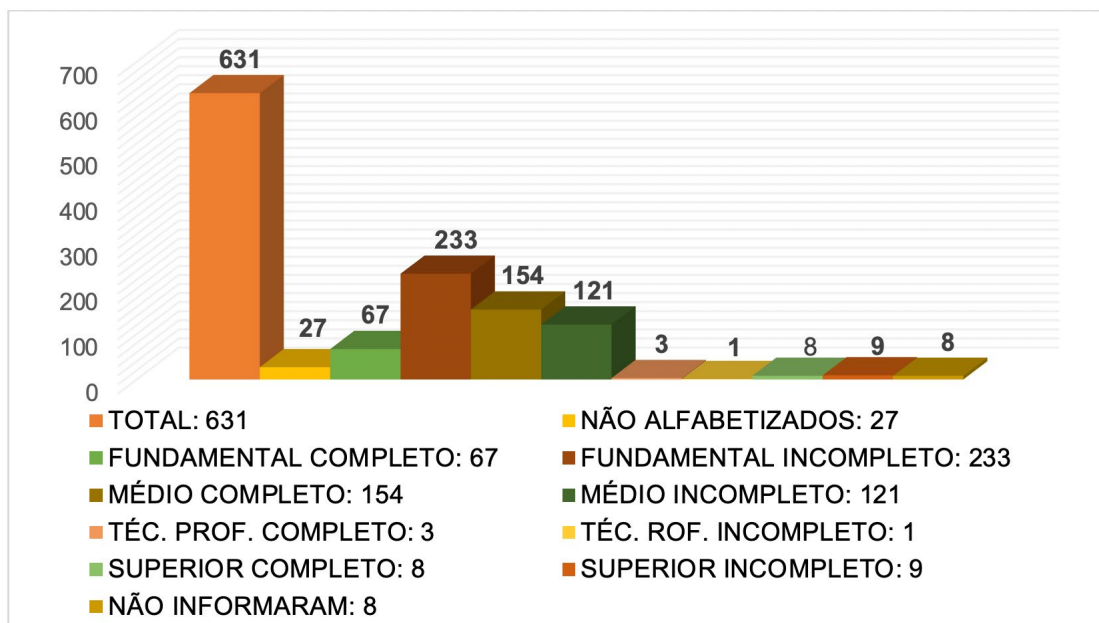
Fonte: elaborado pelo autor.

Aqui conseguimos notar outro contraste que chama atenção: baseando-se na autodeclaração quanto à raça/cor/etnia, pôde-se anotar que das 631 pessoas atendidas, 546 (aproximadamente 86,5%) se declararam pretas/pardas, uma gritante diferença se comparada à segunda categoria com maior montante, a de pessoas que se declararam brancas, com 57 (aproximadamente 9,1%) ou amarelas 5 (aproximadamente 0,7%). Anotou-se também que houve apenas 1 pessoa que se declarou como indígena (aproximadamente 0,2%) e que 22 pessoas não informaram ou não quiseram informar (aproximadamente 3,5%).

Longe de entender esse processo como natural, uma vez que as pessoas autodeclaradas pretas e pardas no Brasil representam cerca de 54,9% da população (IBGE, 2017), é importante destacar que as parcelas negras

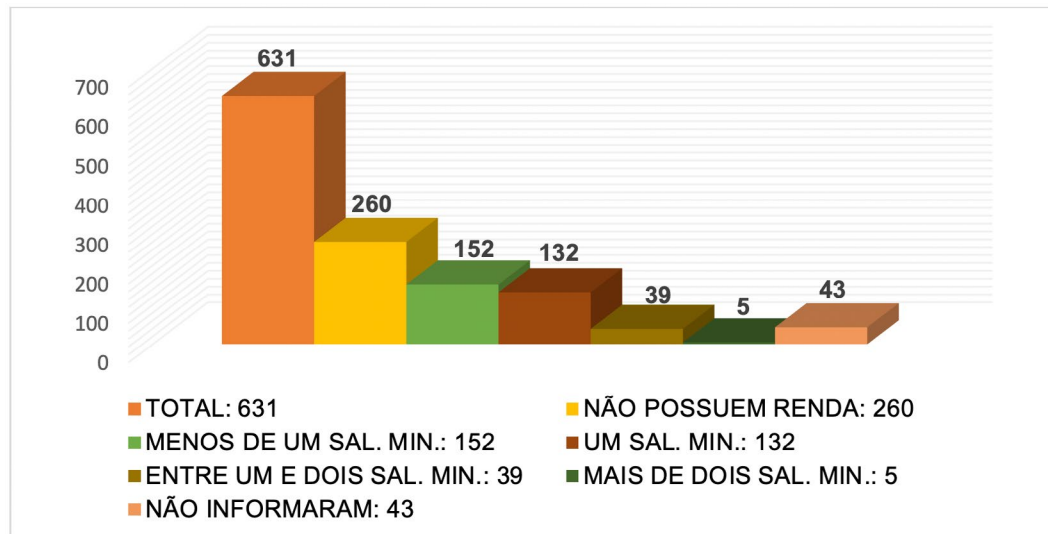
brasileiras estão nos espaços de maior desvantagem quando comparadas ao segmento branco, por exemplo, o que faz olhar para uma atuação estrutural do racismo (ALMEIDA, 2019).

Figura 3 - Pessoas atendidas quanto ao nível de escolaridade



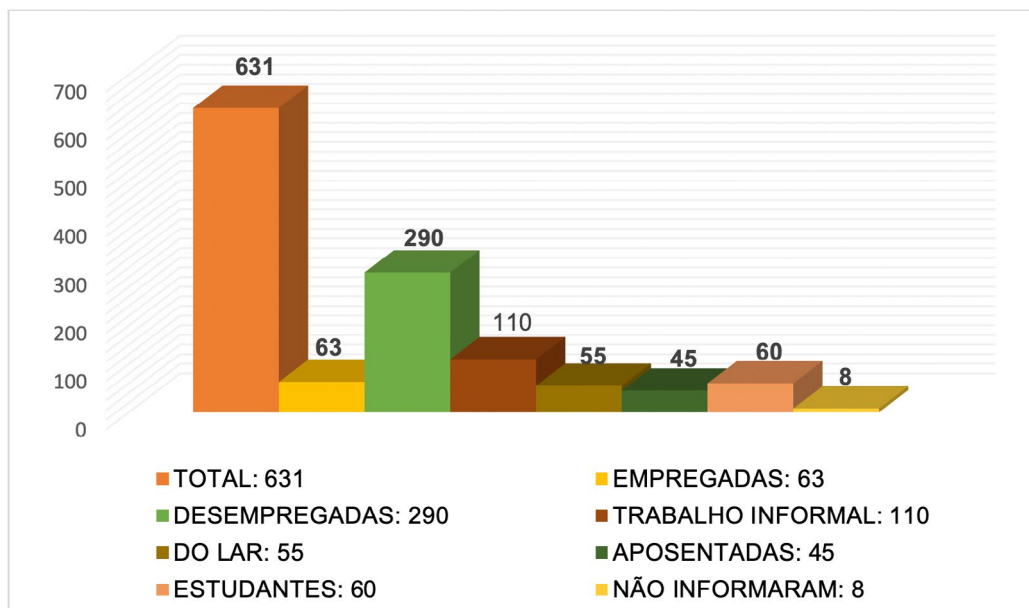
Fonte: elaborado pelo autor.

Quanto à escolaridade das atendidas, pôde-se analisar que os indivíduos estão situados predominantemente nos ensinos fundamental e médio, sejam eles completos ou não, com maior destaque para o fundamental incompleto, com 233 pessoas (36,9%). Mas o que é de saltar aos olhos é que do total de 631 pessoas, 606 (aproximadamente 96%) nem chegaram a acessar o ensino superior, contabilizando apenas 17 pessoas nesse grupo (aproximadamente 2,7%). Esse recorte serve como caminho à percepção de que a população atendida pelo projeto está à margem dos serviços educacionais institucionais, o que dá amparo à importância de uma articulação comunitária para a superação desta barreira.

Figura 4 - Pessoas atendidas quanto à renda mensal

Fonte: elaborado pelo autor.

Quanto à renda das atendidas, 260 pessoas (aproximadamente 41,2%) responderam que não possuíam renda. Nesse mesmo aspecto, 152 (aproximadamente 24,1%) disseram receber menos de um salário mínimo. Próximas a esse número, 132 pessoas (aproximadamente 20,9%) informaram receber apenas um salário mínimo. Percebeu-se que 39 pessoas (aproximadamente 6,2%) declararam obter entre um e dois salários mínimos e que apenas 5 pessoas (aproximadamente 0,8%) informaram receber mais de dois salários mínimos mensais. 43 pessoas (aproximadamente 6,8%) não informaram ou não souberam informar.

Figura 5 - Pessoas atendidas quanto à situação de emprego

Fonte: elaborado pelo autor.

Já no que concerne à situação de emprego, destaca-se a condição de desemprego que predomina entre os assistidos. São 290 pessoas, dentre as 631, que se declararam desempregadas (aproximadamente 46%). No segundo maior patamar, se concentram as pessoas que declararam trabalhar sem um vínculo formal de emprego, contabilizando 110 pessoas (aproximadamente 17,4%). Apenas 63 pessoas declararam estar empregadas (aproximadamente 10%). Deve-se anotar também o número de pessoas que se declarou na categoria “do lar”. Foram 55 (aproximadamente 8,7%).

A partir da análise conjunta dos dados recolhidos é possível levantar as características marcantes da população atendida, um perfil muito bem definido quanto a sexo, cor, raça e classe, um perfil clássico no centro da vulnerabilização social. Percebeu-se que a maior parte das pessoas atendidas é formada por mulheres (aproximadamente 70,5%) pretas ou pardas (aproximadamente 86,5%), que não tiveram acesso ao nível superior de ensino (aproximadamente 96%), muitas vezes não passando do ensino fundamental (aproximadamente 47,5%), desempregadas (aproximadamente 46%) ou no mundo do trabalho informal (aproximadamente 17,4%) e sem renda mensal (aproximadamente 41,2%) ou com renda abaixo de um salário mínimo mensal, abaixo do mínimo para a sobrevivência (aproximadamente 24,1%).

Com essa percepção, tomando como pano de fundo as premissas da interseccionalidade, se evidencia um conjunto de opressões na compreensão do lugar em que se situa a população feirense. Ressalta-se que esse círculo de fatores, longe de se evidenciarem de modo linear e estanque no

contexto social estudado, fomentam-se e corroboram-se operando como barreira à construção de pilares emancipatórios e à visão de desenvolvimento social desse grupo.

É tendo como ponto de partida essa estrutura social marcada pela desigualdade na qual se encontra a sociedade brasileira, em geral, e feirense, em particular, que se situa o ponto de vista de empoderamento trazido pelo projeto Mediação Popular e Orientação Sobre Direitos. A partir do processo de educação para os Direitos Humanos, retomando a importância dessas questões para as populações consideradas descartáveis, traça-se a necessidade de assimilação das discussões acerca das nossas fissuras sociais. Discussões essas que se assentam de maneira definitiva em todas as ações promovidas, tendo como escopo maior o empoderamento, seja individual ou coletivo.

Essa compreensão política é fundamental, uma vez que em uma sociedade construída sobre um sistema de produção capitalista as populações minoritárias não são as detentoras dos meios de produção, sendo, por sua vez, as que mais se deparam com o peso das desigualdades nos mais diversos âmbitos da vida (ALMEIDA 2019).

Em uma perspectiva Freiriana, aliada aos estudos sobre orientação para o direito, mediação popular e empoderamento aqui trabalhados, torna-se importante dizer que mediar os conflitos é importante, orientar sobre os direitos é importante, mas compreender o lugar social no qual o sujeito se encontra é imprescindível para a superação dos abismos sociais sobre eles impostos, para o fortalecimento do empoderamento, da (auto)confiança da (auto)nomia e da (auto)gestão da vida, vez que orientar para o direito é trazer à tona a consciência crítica, que nada mais é do que "a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais e circunstanciais" (FREIRE, 1967, p. 105).

Inseridas nesse cenário, discernindo que a elaboração de uma nova realidade exige estratégias ininterruptas de desenvolvimento e ascensão da emancipação social, do empoderamento e da cidadania, deve-se dar relevo às atividades construídas pelo projeto analisado em parceria com a comunidade atendida.

Conclusão

Desta forma, pode-se concluir que as ações extensionistas desenvolvidas pelo projeto Mediação Popular e Orientação Sobre Direitos advogam pela Educação em Direito Humanos como instrumento apto, num complexo

fluxo de inter-relações sociais, a viabilizar tanto o diálogo, quanto à responsabilidade e à participação da comunidade na solução dos seus conflitos, criando caminhos alternativos e eficazes na busca pela justiça, através do empoderamento e da autonomia populares, saltando trincheiras na busca da redução das desigualdades presentes na sociedade.

Ainda quanto às ações desenvolvidas pelo projeto, descortinam-se seus efeitos, quanto ao rompimento do muro institucional da universidade. Percebe-se a importância de ações longe dos espaços convencionais de estabelecimento das instituições, longe do centro urbano, o que facilita em muito a vida dos indivíduos situados à margem da plena garantia de direitos.

Há, nessa perspectiva, sem sombra de dúvidas, um fortalecimento das ações extensionistas providas pela Universidade Estadual de Feira de Santana, entendidas estas sob o prisma de um processo educativo, cultural e científico na articulação entre o tripé ensino, pesquisa e extensão que, de forma inseparável, viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

Esse viés ganha corpo com a construção de ações que ambicionam garantir a permuta de experiências e saberes entre a academia e a rua, dando margem à formação de um conhecimento fecundado no choque com a realidade e escorado em um trabalho interdisciplinar, desenvolvendo horizontes frente à democratização do saber acadêmico e à coligação efetiva entre a comunidade e a universidade, de modo a favorecer uma visão mais integrada do meio social.

Assim, partindo dos pressupostos teóricos que fundamentam essa pesquisa se entende pela fomentação um estudo do direito que, rompendo a barreira do formalismo e da dogmática jurídica, objetive a dinâmica social sem perder de foco os seus elementos históricos, sociais, culturais, psicológicos, econômicos, dentre outros; um entendimento do direito que proponha uma visão realística do meio social, que, frente a um conflito, não apenas ofereça uma resposta simplista e superficial, mas uma resposta que produza resultados que correspondam às exigências da sociedade como um todo.

E isso só pode ser construído a partir da percepção de que todas as pessoas possuem conhecimentos capazes de serem compartilhados, pois somos seres (sujeitos) da cultura, somos constructos sociais, e, como construções, estamos nos moldando e sendo modificados, agindo e reagindo a todo momento. E, por isso, temos o potencial necessário à reflexão sobre nossa realidade e, fugindo das lógicas deterministas, podemos alimentar a possibilidade de uma plena e positiva atuação no mundo, aprendendo e atuando de mãos dadas sobre (em cima do) e sobre (acerca do) o mundo,

através da humildade, do amor, da esperança, da horizontalidade, da solidariedade, da confiança, da compreensão da realidade como processo constante, moldando caminhos para uma realidade inédita e viável.

Referências

ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

BENEVIDES, M. V. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9_benevides.pdf. Acesso em: 15 de dezembro de 2019.

BERTH, J. **Empoderamento**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

BEZERRA, T. T. B. **A mediação transformadora como instrumento de promoção da autonomia dos sujeitos: um diálogo com a experiência do Juspopuli no município de Feira de Santana-BA**. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado em ciências Jurídicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. **Agência de Notícias IBGE**, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>. Acesso em 11/02/2020.

LYRA FILHO, R. **O que é Direito**. Vol. 62. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

NASCIMENTO, V. C. Mediação comunitária como meio de efetivação da democracia participativa. **Âmbito Jurídico**, Dez. 2010. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-processual-civil/mediacao-comunitaria-como-meio-de-efetivacao-da-democracia-participativa/>. Acesso em: 31/05/2020.

SIMÕES, I.; LELIS, R. Mediação de Conflitos e Relações de Trabalho In: VELOSO, Marília Lomanto; AMORIM, Simone; LEONELLI, Vera (Org.). **Mediação**

Popular: uma alternativa para a construção da justiça. 1. ed. Salvador, 2009, p.36-43.

SPENGLER, F. M. **Fundamentos Políticos da Mediação Comunitária.** Ijuí: Unijuí, 2012.

WARAT, L. A. **A Ciência Jurídica e seus dois maridos.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

WARAT, L. A. **O Ofício do Mediador.** Florianópolis: Habitus, 2001. v.1.

Recebido em: 11 de junho de 2020.

Aprovado em: 10 de julho de 2020.

Relato de Experiência

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR EM ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

ENVIRONMENTAL EDUCATION AS INTERDISCIPLINARY ACTIVITY IN FUNDAMENTAL SCHOOLS

Robson Marani Simões¹

Resumo

A Educação Ambiental pode ser implementada no ensino básico de forma interdisciplinar, não como disciplina específica, mas incorporando-se as demais disciplinas e integrando-se a elas. Atualmente, o tema Água é motivo de preocupação e discussões em níveis mundiais, pela sua importância e por ser um recurso natural que corre o risco de se esgotar, por isso há uma ideia de reflexão sobre a importância da água e sobre as formas de utilizá-la de modo mais racional. Dessa forma, o objetivo deste projeto foi de obter a sensibilização destes alunos, a partir da Educação Ambiental interdisciplinarmente, por meio de atividades ambientais práticas, desenhos, jogos, atividades lúdicas e escritas, entre outros, e dessa forma, propor uma mudança cultural, trabalhada desde o Ensino Fundamental I. A realização deste projeto ocorreu na cidade de Palotina, região noroeste do Estado do Paraná, na Escola Municipal Vale Verde, com a turma do 5º ano do Ensino Fundamental. O projeto contou com quatro atividades/aulas práticas e uma avaliação final escrita visando estimar os resultados do projeto. Durante as atividades, constatamos que a interação, participação e questionamentos aumentaram no decorrer do projeto. Na avaliação, observamos que

as práticas de educação ambiental, trabalhadas como ferramenta pedagógica, pôde servir como facilitadora da aprendizagem, auxiliando o processo de assimilação do conteúdo, o que sugere à necessidade de se elaborar mais projetos interdisciplinares a partir da Educação Ambiental, e que, portanto, ações como essas precisam ser realizadas para que a qualidade e a sustentabilidade dos recursos naturais, como a água, sejam preservadas.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Sustentabilidade. Práticas pedagógicas.

Abstract

Environmental Education can be implemented in basic education in an interdisciplinary way, not as a specific discipline, but incorporating and integrating the other disciplines. Currently, the topic of Water is a cause for concern and discussion at global levels, due to its importance and because it is a natural resource that can be depleted, so there is an idea of reflection on the importance of water and on ways of rational use. Thus, the objective of this project was to raise the awareness of these students, based on interdisciplinary Environmental Education, through practical environmental activities, drawings, games, playful and written activities, among others, and in this way, to propose a cultural change, worked since Elementary School I. The realization of this project was in the city of Palotina, northwest region of the State of Paraná, at the Vale Verde Municipal School with the 5th grade elementary school class. The project had four practical activities and a final written evaluation to estimate the results of the Project. During the activities we observed the interaction, participation and questions increased during the project. In the evaluation, we observed that environmental education practices, worked as a pedagogical tool, served as a learning facilitator, helping the process of assimilation of the content, and suggested the need to elaborate more of interdisciplinary Environmental Education projects, and that, therefore, actions like these they must be carried out so that the quality and sustainability of natural resources such as water are preserved.

Keywords: Sustainability. Interdisciplinarity. Pedagogical practices.

Introdução

A Educação Ambiental (EA) pode ser implementada no ensino básico, de forma interdisciplinar, não como disciplina específica, mas incorporando-se as demais disciplinas e integrando-se a elas. Esta prática está presente no § 1º do Artigo 10 da PNEA, Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999),

onde a Política Nacional tem como um de seus princípios “o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas na perspectiva da interdisciplinaridade” (MEDEIROS *et al.*, 2011).

O ambiente escolar é um dos primeiros passos para a conscientização dos futuros cidadãos para com o meio ambiente, por isso a EA é introduzida em todos os conteúdos (interdisciplinar) relacionando o ser humano com a natureza (MEDEIROS *et al.*, 2011).

Assim, a educação ambiental nas escolas deve se aproximar de uma “atividade contínua, com caráter interdisciplinar, voltada para a participação social e para a solução de problemas ambientais, visando à mudança de valores, atitudes e comportamentos sociais” (FRACALANZA, 2004).

Atualmente, o tema Água é motivo de preocupação e discussões em níveis mundiais, pela sua importância e pelo fato de ser um recurso natural que corre o risco de se esgotar, “por isso há uma ideia de reflexão sobre a importância da água e sobre formas de utilizá-la de modo mais racional” (QUADROS, 2004).

Dessa forma, surgiu o projeto, que denominamos, “De Gota em Gota”, realizado por acadêmicos do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, como atividade da matéria de Práticas em Educação Ambiental, no intuito de proporcionar atividades ambientais inerentes à missão ecológica e conservação dos recursos hídricos, promover a sensibilização quanto ao valioso patrimônio natural que é a água, assim como o consumo sustentável por parte da sociedade, incorporando, principalmente, a Educação Ambiental como atividade interdisciplinar em escolas do ensino fundamental.

Mostra-se de suma relevância trabalhar com crianças a importância da água e as formas de preservá-la, mantendo nossos mananciais saudáveis e longe de contaminações, além de oferecer informações sobre as mudanças e impactos ambientais da atualidade, pois “a escola consiste em um espaço privilegiado para o desenvolvimento da EA, produz a interação homem-sociedade-natureza e cria condições para uma nova relação entre os seres vivos” (DEMOLY; SANTOS, 2018), possibilitando a formação e o exercício de uma cidadania ambiental.

Podemos citar alguns projetos neste sentido e que tiveram resultados consideráveis. Dentre estes, podemos apontar como exemplo o projeto chamado “Sustentabilidade” da Escola Municipal Doutor Wilson Guedes, onde, “a partir de metodologias de conscientização nas salas de aula, a escola conseguiu mudar os hábitos de seus alunos, professores e direção, obtendo 60% de redução no consumo de água em três anos” (ROSSI, 2014). Em números,

o gasto passou de quatro milhões de litros de água para um milhão. “Foi só a conscientização mesmo, os hábitos dos alunos. Mas manter sempre essa atitude, não deixar de trabalhar esses conceitos, pequenos hábitos, pequenas mudanças” afirmou a diretora da escola. Baseado em trabalhos como este, o projeto elaborou atividades educativas ambientais para crianças do Ensino Fundamental I, onde, além de receber informações sobre a importância do recurso natural água, e os principais assuntos ambientais que cercam este tema, o projeto utilizou de atividades informativas, lúdicas e fomentadoras de debates ecológicos frisando a preservação das águas e, principalmente, a “ideia de uma formação ambiental crítica dos alunos” (REIGOTA, 2007).

Material e Métodos

A realização do projeto ocorreu na cidade de Palotina, região noroeste do estado do Paraná, esta, por sua vez, conta com uma das maiores Agroindústrias do sul do país, com grande destaque na exportação de soja e frango e, conseqüentemente, com grande consumo de água e com uma devastação da cobertura vegetal original, que foi explorada intensivamente, sendo substituída por extensas áreas cultivadas.

O município é banhado pelos Rios São Pedro, Piquiri, Azul, Pioneiro e São Camilo, além disso, também é cidade universitária, sendo a única no oeste do Paraná que possui um campus da Universidade Federal do Paraná. A cidade possuía até então o menor índice de evasão escolar do país conforme o Censo 2010 (IBGE, 2010). A cada cem alunos matriculados, apenas um não concluía o ensino fundamental, e estes alunos foram o alvo principal do projeto. Merece destaque também o Lago Municipal e a Praça Amadeo Piovesan, e a Reserva Biológica São Camilo, além de tradicionais festas que ocorrem no município, como a Expo Palotina (festa organizada pelo município) e outras de menor destaque regional.

Dentre as escolas que fazem parte da cidade de Palotina (PALOTINA, 2010), a escolhida foi a Escola Municipal Vale Verde, localizada na Rua Werno Bruno Ritter 292, bairro União, Palotina CEP 85950-000, Paraná, Brasil, local das atividades educacionais do projeto “De gota em Gota”. A turma escolhida para a realização do projeto foi do 5º ano do ensino fundamental, com um total de 24 alunos.

O projeto contou com uma atividade de apresentação e introdução das temáticas que seriam abordadas, três atividades práticas em sala de aula e uma avaliação final, que visou estimar os resultados do projeto. Ao todo, foram necessários quatro dias/aulas que ocorreram no período previs-

to de quatro semanas.

Descrições das atividades

Primeira atividade - A Biodiversidade e a Água: realizamos uma apresentação formal do projeto e de seus organizadores à direção da escola e a turma escolhida, logo em seguida, fizemos uma breve descrição do projeto e das atividades a serem realizadas.

Durante esta aula, fizemos uma introdução sobre o assunto, tratamos da importância da água, dos seus benefícios, dos rios que cercam a cidade, das formas de tratamento e captação da água, ou seja, uma introdução de forma geral voltada para a realidade local. A ideia inicial foi obter um panorama do conhecimento geral dos alunos quanto ao assunto e como o mesmo fazia parte do dia a dia deles.

Para encerrar com um pouco de descontração, realizamos junto aos alunos uma atividade de quebra-cabeça para trabalhar em sala como uma forma dinâmica de aprendizagem.

O objetivo do jogo era formar, com as peças dispostas de forma aleatória, figuras e imagens de ambientes aquáticos como rios, lagos, oceanos, etc. Separamos a sala em grupos de quatro alunos, entregamos as peças depois de uma explicação e um bate papo sobre a biodiversidade;

Regras: Os alunos deveriam junto com o grupo tentar encaixar todas as peças das duas fotografias; discutir sobre os temas relacionados ao ambiente e a cada imagem montada, e sobre a biodiversidade que cada ambiente destes pode conter. Material utilizado: Papel (cartolina) e figuras de bichos. Iniciamos contando o número de participantes.

Depois disso, fizemos uma lista com nomes de doze animais, escrevemos o nome de cada animal em duas fichas pequenas (de 3,5 cm) de cartolina. Quando terminamos, havia tantas fichas em mãos quanto o número de participantes – uma ficha para cada participante. Embaralhamos as fichas e distribuímos-las para as crianças, cada criança olhou a sua ficha e guardou segredo. Recolhemos as fichas e a um sinal, os participantes começaram a imitar o bicho cujo nome lá estava, representando sons, formas e movimentos típicos do bicho com que foi sorteado, na tentativa de atrair seus parceiros. A atividade tornou-se divertida quando as crianças, imitando os bichos, começaram a latir, coaxar, chiar, zumbir, andar de modo pomposo, balançar, saltar e fazer poses. As crianças puderam fazer qualquer ruído que desejassem, mas era proibido falar (cada bicho deveria encontrar seu parceiro somente por meio da autenticidade de suas representações). Esta brincadeira

terminou com uma feliz confraternização e muitas gargalhadas.

Segunda atividade – “Conservação da Água” (LOUREDO, 2013): Apresentamos uma aula prática onde foi extremamente importante que todos se conscientizassem sobre a importância da água para os seres vivos e entendessem o que a falta dela poderia nos causar.

A prática foi feita de forma simples em sala de aula, utilizando materiais baratos e de fácil acesso. Para essa atividade foram utilizados os seguintes materiais: uma garrafa pet transparente de dois litros com tampa, água, um copo de 200 ml e um copo de 50 ml.

O apresentador encheu a garrafa pet com água e pediu aos alunos que imaginassem que dentro daquela garrafa estava toda a água do mundo. Nesse momento, eles foram indagados acerca de diversos assuntos, como: “Que tipo de água tem em nosso planeta?”; “Onde existe água em nosso planeta?”; “Será que toda a água que temos no mundo é potável?”; “Por que a água é tão importante para a vida?”; “Quais organismos precisam de água?”; “O que pode acontecer se um ser vivo ficar sem água?”; “De que forma você consome água?”, entre tantas outras perguntas.

Depois de questionar os alunos, o apresentador encheu o copo de 200 ml com a água que estava dentro da garrafa, informando que aquela quantidade que estava no copo era o total de água doce existente em nosso planeta. Em seguida, o apresentador encheu o copo de 50 ml com a água que estava dentro do copo de 200 ml. O copo de 50 ml representava a água de fácil acesso, como rios, lagos, represas e poços artesianos. Feito isso, enchemos a tampinha da garrafa pet com a água que estava dentro do copo de 50 ml, sendo que a tampa da garrafa representava a quantidade aproximada de água doce disponível para o consumo humano.

Ao longo dessa atividade, foi fundamental o educador ter momentos de interação e esclarecimentos, pois se tratou de uma atividade que buscava a conscientização dos alunos acerca da disponibilidade de água potável em nosso planeta. Nessa atividade, o educador também pôde trabalhar o ciclo da água, como ela era utilizada pelas plantas e animais, como ocorria à purificação da água e quais eram suas propriedades.

Depois da atividade, o educador pediu aos alunos sugestões de como evitar o desperdício de água. Ao final da apresentação, aplicamos um Jogo da Memória Ambiental (MARIANA, 2014). O objetivo do jogo: levar os participantes a encontrar os pares de cartas de igual conteúdo, conteúdo este formado por imagens de espécies aquáticas, tipos de rios, poluentes da água, etc. No final, o participante com mais pares foi o vencedor. O jogo, entretanto, não estimulou a competição, mas despertou a identificação e memoriza-

ção de formas biológicas predefinidas através das cartas. Posteriormente, os jogadores localizaram essas formas no mosaico de fotografias.

Elaboração do jogo: Separamos a sala em grupos de quatro alunos; embaralhamos as cartas; Colocamo-las sobre as mesas com as imagens para baixo; o jogo se iniciou após a leitura das regras. Regras: a) Cada participante tinha o direito de virar duas cartas. Quando formado o par, o participante deveria guardar as cartas e jogar novamente; b) Quando não formado o par, o participante deveria desvirar as cartas, mantê-las na mesma posição, e passar sua vez adiante; c) Quando todos os pares eram encontrados e identificados, os alunos deveriam localizá-los no mosaico de fotografia. E assim se encerrava o jogo.

Conteúdos escolhidos: Uso racional da água; Vegetação (a importância da área de preservação permanente e da mata ciliar, e consequências de seu desmatamento, como a voçoroca); Aterro sanitário (suas consequências para a área ao seu entorno, como lençol freático e rios, e a necessidade de diminuir o lixo produzido e da reciclagem); Tratamento de Esgoto.

Terceira atividade - Importância da Água para o solo, uma prática sobre erosão (GANGORRA, 2013): Esta foi uma prática simples, porém de ótima visualização dos resultados esperados. Ela demonstrou a relação entre a precipitação, a erosão do solo, a proteção dos cursos de água e a vegetação.

Preparamos três garrafas de plástico idênticas, depois as colocamos em uma superfície plana (fixadas com cola quente sobre uma tábua de madeira compensada). As “bocas” das três garrafas ultrapassaram um pouco os limites da tábua. Colocamos a mesma quantidade de terra em cada garrafa e pressionamos para que ficasse relativamente compactada (a terra ficou abaixo do nível do corte feito em cada garrafa).

Cortamos a parte inferior de outras três garrafas de plástico transparente e fizemos dois furos em suas laterais para amarrar um cordão em cada uma delas. Estes copos recolheram durante a atividade, a água em excesso que escorreu pelo gargalo das garrafas.

Em seguida, colocamos na primeira garrafa plantas, espalhamos as plantas na primeira garrafa e cobrimos com uma camada de terra, pressionando um pouco para, em seguida, regar. Colocamos dentro da segunda garrafa alguns resíduos vegetais mortos (galhos, cascas, folhas, raízes mortas) e no terceiro frasco deixamos apenas a terra.

Quando as garrafas estavam preparadas, regamos as três garrafas e as crianças observaram o escoamento da água para os copos pendurados. Eles perceberam água limpa fora da primeira garrafa e águas mais sujas progressivamente fora da segunda e terceira garrafas respectivamente (Fi-

gura 1).

Vários conceitos, que em sala de aula são bem abstratos, puderam ser trabalhados com este experimento: degradação do solo, deslizamentos de terra, assoreamento, o desmatamento, a proteção dos cursos de água, etc. Ao final, alguns questionamentos foram feitos com os alunos, tais como: o que a vegetação apresenta de importante para evitar/diminuir a erosão? Como as plantas auxiliam no ciclo e na qualidade da água? Qualquer tipo de vegetal apresentaria o mesmo efeito? Como podemos diminuir a erosão dos solos?

Quarta atividade - Poluição da Água: Tratamos com os alunos questões como a situação atual da região e da mata ciliar dos rios no município. Fizemos questionamentos e discutimos a biodiversidade que a água pode apresentar, como plantas, vertebrados, invertebrados, e microrganismos que também dependem deste recurso fundamental a vida. Durante esta atividade, o projeto aproximou as crianças da natureza, os ensinou a forma que o recurso hídrico é retirado de seu ambiente natural, utilizado e devolvido à sua origem. A ideia foi gerar dúvidas na mentalidade das crianças do quanto esse tratamento é viável e se poderia ou não causar impactos no ambiente devido à poluição, no intuito de fazer parte do processo de formação crítica, do qual o projeto tinha como um de seus objetivos, destacando as principais formas de poluição da região como esgoto, resíduos industriais e agrotóxicos.

Durante esta aula, também foi entregue uma atividade (Figura 2), que buscou avaliar o projeto e o que as crianças conseguiram assimilar de informações quanto aos conteúdos ministrados durante todo o projeto. A atividade se tratou de uma tábua de avaliação, na qual as crianças observaram algumas imagens, imagens estas que foram mostradas durante as atividades anteriores, e descreveram o que elas aprenderam, seguindo três linhas de raciocínio: as causas, as consequências e as prevenções.

Resultados e discussão

Mais do que uma cobrança ecológica, o que se pretendeu durante o projeto foi um caminhar para a assimilação e execução de uma nova postura/mentalidade frente à realidade que se tem e que se pretende modificar a respeito da abundância da água e da indiferença quanto a real importância desse recurso natural cada vez mais escasso e degradado.

Durante a primeira atividade intitulada “Biodiversidade e a Água”, foram feitas algumas perguntas aos alunos para identificarmos o nível de co-

nhecimento deles quanto ao tema, perguntas como: quanto tempo demorava no chuveiro? Quem ouviu falar de problemas de falta de água? Quem sabe o que é poluição? Entre outras.

Foram abertas questões sobre a biodiversidade existente na água doce, rios, lagos e seus habitantes. Os alunos se mostraram bem informados, na sua grande maioria relataram demorar ao chuveiro com brincadeiras, dentre os 24 alunos presentes em sala, 14 disseram demorar por ficarem brincando, 17 comentaram que os pais lavam os carros demoradamente com a torneira aberta o tempo todo e 15 crianças relataram a presença de pássaros cativos em suas casas, inclusive com a descrição de duas araras.

Segundo Bonotto e Carvalho (2016) “o entrelaçamento entre a EA e a criança vem sendo destacado por diversos autores, tais como Ribeiro e Profeta (2004) e Rodrigues (2011)”. Este último destaca “as importantes sinergias possíveis entre a Educação Ambiental e a Educação Infantil” (RODRIGUES, 2011, p.169). Assim, a participação, conhecimento e entendimento dos alunos reflete uma Educação Ambiental crítica das crianças, corroborando com Cazoto e Tozoni-Reis (2008), onde segundo o autor, “a EA crítica foca não somente na compreensão simples e os aspectos físicos e biológicos do ambiente natural, mas na questão socioambiental”, que envolve a interação do ser humano com o meio ambiente e todas as implicações resultantes dessa relação”.

A segunda atividade definida como “Conservação da Água”, em outro momento, contou com uma turma mais receptiva, com os alunos visivelmente mais interessados e participativos. Esta aula foi extremamente importante para que todos se conscientizassem sobre o valor da água para os seres vivos e entendessem o que a falta dela poderia nos causar.

O jogo, conforme programado, atingiu seu objetivo de não estimular competição, mas sim de despertar a identificação e memorização de formas biológicas predefinidas, ações humanas relacionadas ao consumo de água, corretas e incorretas através das cartas, resultado evidenciado pela participação e interação entre os alunos, que dialogaram entre si e discutiram o assunto coletivamente.

No decorrer destas atividades, as crianças além de muito interessadas, se mostraram muito conscientes quanto ao uso racional da água, incitando ainda mais a ideia inicial do projeto, onde se ressaltou o desenvolvimento cultural quanto ao uso deste recurso natural.

A terceira atividade do projeto, realizada após uma introdução sobre o assunto apresentada em data show com o programa Prezi, mostrou-se de fácil assimilação, devido a visualização e o entendimento por parte das crian-

ças, além de alguns questionamentos que puderam ser feitos, tais como: o que a vegetação apresenta de importante para evitar/diminuir a erosão? Como as plantas auxiliam na qualidade da água? E dos quais as crianças conseguiram responder corretamente, indicando a compreensão delas quanto ao assunto.

Ausubel (2003) ressalta pontos importantes do processo de assimilação. Para ele, “a assimilação é a ideia de que novos significados são dados a novos conceitos e proposições aprendidos anteriormente”. Ao final desta atividade prática, observamos a assimilação do conteúdo, devido a visualização e o entendimento por parte das crianças, além de vários questionamentos que foram feitos por elas.

Piaget (1996) descrevendo a assimilação, separa o processo cognitivo inteligente em duas palavras: aprendizagem e desenvolvimento. Para Piaget, conforme citado por Macedo (1994), “a aprendizagem refere-se à aquisição de uma resposta particular, aprendida em função da experiência, obtida de forma sistemática ou não. Enquanto que o desenvolvimento seria uma aprendizagem de fato, sendo este o responsável pela formação dos conhecimentos”.

Figura 1 - Terceira atividade: prática sobre erosão



Fonte: GANGORRA (2013).

A quarta atividade foi apresentada em data show, com o programa Prezi (PREZI PROGRAM, 2012), visando atrair a atenção das crianças. Durante esta apresentação, foram levadas informações importantes como onde e de que forma é utilizada a água no planeta, mostrada às crianças em forma de quadros e imagens. As crianças se mostraram surpresas em saber o quanto


se usa de água para que sejam produzidos determinados alimentos e a forma como a água é utilizada no mundo e no Brasil, para elas estas informações foram novas.

Atentou-se também aos problemas de saúde pública que os recursos hídricos contaminados podem causar, e compreenderam que as crianças estão entre as mais afetadas por isso. Percebeu-se que foram trazidas informações novas à mentalidade das crianças, e também dúvidas de o quanto o tratamento da água é viável e se pode ou não causar impactos no ambiente, fazendo parte do processo de formação crítica do qual o projeto tem como um de seus objetivos, e destacando as principais formas de poluição da cidade em que eles habitam, como resíduos industriais, agrotóxicos, etc.

Durante esta aula também foi entregue uma atividade, que buscou avaliar o projeto e o que as crianças conseguiram assimilar de informações quanto aos conteúdos ministrados durante todo o processo. A atividade se tratou de um pequeno questionário no qual as crianças visualizaram algumas imagens que foram mostradas durante as atividades anteriores, e onde elas descreveram o que aprenderam, a partir de três questões básicas: a causa, a consequência e como prevenir (Figura 2).

Essa atividade também se mostrou um pouco demorada, por conter informações novas, e o mais preocupante, pelo fato das crianças não terem muita habilidade em escrever, mesmo entendendo e sabendo interpretar as imagens, mostrando a fragilidade do ensino público municipal fundamental, visto que se tratava de crianças do quinto ano letivo, porém, as crianças conseguiram realizar a atividade com êxito, com respostas corretas, conforme o projeto almejou.

Figura 2 - Tábua de avaliação aplicada como diagnóstico do projeto

Imagens relacionadas à poluição da água	Quais são as possíveis causas da poluição da água?	Quais são as possíveis consequências desta poluição?	Como evitar tal problema?
			
			
			
			
			

Fonte: Elaborado pelo autor.

Considerações Finais

No decorrer desta experiência, pudemos observar que é evidente à

necessidade de se elaborar maior número de projetos interdisciplinares a partir da Educação Ambiental, com mais atividades que façam as crianças pensarem criticamente, especialmente no ensino fundamental, pois as crianças assimilam de forma ímpar os conteúdos e as informações levadas até elas.

O processo de sensibilização obtido por meio de atividades ambientais práticas, desenhos, jogos, exercícios divertidos, dentre outros, se mostrou eficaz, evidenciado na participação, aceitação e nos resultados positivos descritos na tábua de avaliação, apontando que uma mudança cultural pode acontecer desde que trabalhada corretamente, buscando sempre formar cidadãos críticos, e não meros aprendizes de conceitos, modelos e teorias decoradas.

Portanto, esta perspectiva mostra a necessidade de uma parceria efetiva entre universidades e escolas da educação básica, e mais projetos interdisciplinares que desencadeiem a Educação Ambiental e a sustentabilidade dos recursos naturais.

Referências

AUSUBEL, D. **Aquisição e retenção de conhecimentos:** Uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Editora Plátano. 2003.

BONOTTO, D. M. B.; CARVALHO, M. B. S. S. **Educação Ambiental e valores na escola:** buscando espaços, investindo em novos tempos. São Paulo: Cultura Acadêmica, p.175, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília. 2010.

CAZOTO, J.; TOZONI-REIS, M. F. de C. Construção coletiva de uma trilha ecológica no cerrado: pesquisa participativa em educação ambiental. In: **Ciência & Educação**, v. 14, n. 3, p. 575-582, 2008.

DEMOLY, K. R. A. SANTOS, J. S. B. Aprendizagem, educação ambiental e escola: modos de agir na experiência de estudantes e professores. **Ambiente e Sociedade**. 2018.

FRACALANZA, H. "As pesquisas sobre educação ambiental no Brasil e as escolas: alguns comentários preliminares". In: TAGLIEBER, J.E.; GUERRA, A.F.S. (org.) **Pesquisa em Educação Ambiental:** pensamentos e reflexões. I Colóquio de Pesquisadores em EA. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2004.

GANGORRA, A. Experimento sobre erosão do solo. **O espaço da Geografia**,

2013. Disponível em: <http://profalexandregangorra.blogspot.com/2013/05/experimento-sobre-erosao-do-solo.html>. Acesso em: 8 mar. 2014.

IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 08 mar. 2014.

LOUREDO, P. Preservação da Água no Brasil. **Canal do Educador**, 2013. Disponível em: <http://educador.brasilescola.com/estrategias-ensino/Agua.htm>. Acesso em: 07 mar. 2014.

MACEDO, L. **Ensaio Construtivistas**. 3. Ed. São Paulo : Casa do Psicólogo, 1994.

MARIANA, A. **Aprender ciências ensinando**. Disponível em: <http://educador.brasilescola.com/estrategias-ensino/aprender-ciencias-ensinando.htm>. Acesso em: 07 mar. 2014.

MEDEIROS, A. B. “A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais”. In: **Revista Faculdade Montes Belos**, São Luís de Montes Belos, v. 4, n. 1, p.01- 17, nov. 2011. Trimestrais. Disponível em: <http://revista.fmb.edu.br/index.php/fmb/article/view/30/26>. Acesso em: 01 mai. 2020.

PALOTINA. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Palotina> . Acesso em: 23 mar. 2014.

PIAGET, J. **Biologia e Conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1996.

PREZI PROGRAM. 2012. Disponível em: prezi.com. Acesso em: 08 mar. 2014.

QUADROS, M. L. A água como tema gerador do conhecimento químico. **Química Nova na Escola**. n. 20, p. 23-31, 2004.

REIGOTA. O Estado da Arte da Pesquisa em Educação Ambiental no Brasil. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 2, n. 1, p. 33-66, 2007.

RIBEIRO, M. S. L.; PROFETA, A. C. N. A. Programas de educação ambiental no ensino infantil em Palmeiras de Goiás: novos paradigmas para uma sociedade responsável. **Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Rio Grande do Sul, v.13, p.18-31 jun./dez. 2004. Disponível em: <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol13/art8.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2014.

ROSSI, M. **Projeto ambiental faz escola reduzir o consumo de água em quase 60%**. Portal G1 Santos. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/03/projeto-ambiental-faz-escola-reduzir-o-consumo-de-agua-em-quase-60.html>. Acesso em: 22 mar. 2014.

Recebido em: 22 de maio de 2020.

Aprovado em: 16 de julho de 2020.

1 Graduanda em Medicina pela UEMS.
E-mail: dri.limaviegas@gmail.com

2 Graduanda em Medicina pela UEMS.
E-mail: eliadja.freire@gmail.com

3 Graduanda em Medicina pela UEMS.
E-mail: eloi.roza@gmail.com

4 Graduanda em Medicina pela UEMS.
E-mail: gabriel.mongenot@hotmail.com

5 Graduanda em Medicina pela UEMS.
E-mail: izabela.sb@hotmail.com

6 Graduanda em Medicina pela UEMS.
E-mail: bm-natalia@hotmail.com

7 Graduanda em Medicina pela UEMS.
E-mail: raissansmed@gmail.com

8 Graduanda em Medicina pela UEMS.
E-mail: thamires_durans@hotmail.com

9 Doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (2015). Atualmente é docente do Curso de Medicina da UEMS.
E-mail: erikakafferri@gmail.com

Relato de Experiência

RELATO DE EXPERIÊNCIA: PROMOVENDO SAÚDE EM CRIANÇAS INDÍGENAS ATRAVÉS DE ATIVIDADES LÚDICAS

AN EXPERIENCE REPORT: USING PLAY-BASED ACTIVITIES TO PROMOTE HEALTH AMONG INDIGENOUS CHILDREN

Adriana Luiz de Lima¹

Eliadja Raiany Freire de Moura²

Eloi Teixeira Roza³

Gabriel Mongenot Santana Milhomem Santos⁴

Izabela dos Santos Barbosa⁵

Natália Barbosa Mendes⁶

Raissa Nogueira Silva⁷

Thamires Durans Corrêa⁸

Erika Kaneta Ferri⁹

Resumo

Brincar é essencial ao desenvolvimento infantil saudável, mas em caso de doença e internação, a criança é privada disso. As brinquedotecas em instituições de saúde constituem um espaço lúdico que busca estimular o brincar e a vazão de sentimentos, mesmo em meio ao processo de adoecimento. Alunos de medicina da UEMS atuaram em um projeto de extensão realizado na Casa de Apoio à Saúde Indígena (CASAI) de Campo Grande – MS objetivando desenvolver atividades lúdicas com as crianças indígenas da instituição, de modo a trabalhar os sentimentos dessas, bem como favorecer a elas um espaço de lazer e diversão, produzindo benefícios à saúde dessa comunidade. O projeto (2016-2018) foi composto de duas fases: reconhecimento da CASAI - infraestrutura, população usuária, equipe profissional e fluxo de atendimento - e

prática recreativa e realização de entrevistas com indígenas idosos para o levantamento das brincadeiras existentes na infância desses. Indígenas com idade superior a 60 anos das etnias Terena e Kadiwéu relataram as brincadeiras antigas pertencentes a seus universos recreativos e as principais diferenças observadas ao compará-las às atuais. As atividades de lazer realizadas com crianças das etnias Terena, Kadiwéu, Guarani e Kaiowá, abrangeram desenhos e pinturas, dinâmicas com balões, montagem de objetos com palitos, dobraduras de papel, jogos de tabuleiros e quebra-cabeças, estimulando interação, criatividade, imaginação e raciocínio lógico. A experiência permitiu aos alunos oportunidades de intercâmbio e valorização da cultura indígena, sendo proposta a construção deste relato de experiência a fim de divulgar à comunidade acadêmica e sociedade civil as atividades desenvolvidas.

Palavras-chave: Crianças indígenas. Brinquedoteca. Brincadeiras.

Abstract

Playing is crucial to the healthy development of children. In situations of illness, hospitalization, pain, and suffering, they are deprived of playing, with great detriment. Playrooms in healthcare institutions provide a space that stimulates play and the outlet of feelings. Medical students are currently working on an extension project at the Campo Grande Indigenous Health Support House (CASAI), in Mato Grosso do Sul, Brazil, where indigenous children are given the opportunity to express their feelings while engaging in recreational activities. The project, scheduled to run from August 2016 to August 2018, comprises two phases, the first devoted to mapping infrastructure, users, staff, and service flow at the CASAI and the second to practicing play-based activities. In interviews, indigenous users described play-related customs of their cultures, including traditional games. The activities introduced included drawing and painting—suitable for externalizing thoughts and feelings—as well as recreational games, paper folding, construction of objects with sticks, board games, puzzles, and dynamics using balloons, stimulating interaction, creativity, imagination, and logical reasoning. The experience provided medical students with an opportunity for human exchange and appreciation of indigenous cultures, while fostering engagement and empathy among patients. Therefore, it was proposed to build this relationship of experience with the objective of disseminating the academic community and civil society, as activities developed by the project at the CASAI.

Keywords: Indigenous children. Playroom. Recreational activities.

Introdução

Ao brincar, a criança não só aprende sobre seu mundo, mas constrói um universo que tenha significado para si, correspondendo às suas necessidades intrínsecas. Brincar proporciona à criança reequilíbrio e desenvolve sua atenção e concentração, sendo fundamental para o desenvolvimento e crescimento saudável (MELO; VALE, 2009). Muitas vezes, as crianças são privadas dessa prática ao serem diagnosticadas com doenças que exigem internação prolongada, que as submete, a sofrimento, podendo levar a mudanças comportamentais temporárias, mesmo após a alta (OLIVEIRA; DANTAS; FONSECA, 2004).

Tendo em vista a possível repercussão negativa da internação sobre o desenvolvimento saudável da criança, muitas instituições têm proposto um ambiente que foge à rotina médica, mas se revela fundamental para promover a saúde da criança: a brinquedoteca, ambiente lúdico com grande diversidade de brinquedos, que permite à criança dar vazão a seus sentimentos, ao mesmo tempo em que amplia sua visão pelo outro, ao interagir com outras crianças por meio de brincadeiras (MELO; VALE, 2009).

A atividade lúdica pode ser vista como um dos caminhos para promover a saúde e a qualidade de vida; desperta a alegria, estimula aprendizado e integração e promove bem-estar físico e mental, dentre outros benefícios (PEDROSA *et al.*, 2007). A brincadeira está presente em todas as culturas, cada uma das quais apresenta características universais, além de suas especificidades. Alguns comportamentos podem estar presentes em todas as culturas e a criança é o sujeito ativo de sua cultura lúdica. Ao brincar, a criança dá valor para si a partir da cultura geral e, através desta, irá se relacionar de novas maneiras com o ambiente (ROSA; KRAVCHYCHYN; VIEIRA, 2010).

A perspectiva da cultura e a importância do brincar em situações de cuidado com a saúde despertaram em alunos de medicina da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), que cursaram um Módulo Eletivo em Saúde Indígena, o interesse em criar uma brinquedoteca em uma Casa de Apoio à Saúde Indígena (CASAI) em Campo Grande, MS.

As CASAI sucederam as antigas Casas do Índio, e estão implantadas em sedes municipais, devendo acolher os doentes encaminhados das aldeias e polos-base indígenas. Sua atribuição é viabilizar aos indígenas o acesso à saúde, dando abrigo e alimento a pacientes e seus acompanhantes durante os períodos de tratamento e de exames. Esse perfil caracteriza a instituição como um modelo misto de albergue e centro de atendimento a casos de doença (GARNELO; PONTES, 2012).

Para os alunos de medicina que interagiram com as crianças indígenas durante o Módulo Eletivo - estágio supervisionado obrigatório -, a ideia da criação da brinquedoteca, um ambiente de acolhimento e cuidado, se configurou na forma de um espaço com grande potencial para ofertar atividades e brincadeiras que permitissem diminuir a tensão possivelmente gerada por diferentes situações vivenciadas no processo de saúde e doença, promovendo um momento de diversão e distração para as crianças que precisam passar pelo local.

A brinquedoteca da CASAI de Campo Grande foi criada no final do ano 2016 com o intuito de proporcionar um ambiente de recreação, não apenas às crianças indígenas, mas também aos adolescentes, instigando-os a trabalhar seus sentimentos através de brincadeiras ou apenas proporcionar-lhes momentos de diversão e lazer.

Método

O projeto de extensão foi desenvolvido na Casa de Apoio à Saúde Indígena (CASAI) de Campo Grande - MS, no período de agosto de 2016 a agosto de 2018. Inicialmente, as atividades voltaram-se para o levantamento de materiais bibliográficos e reuniões mensais, em que se discutiram ativamente os principais temas que norteiam o projeto, concernentes à brinquedoteca, à saúde coletiva e ao brincar no contexto indígena e hospitalar.

As primeiras atividades de campo foram fundamentais para o reconhecimento da instituição no que tange à infraestrutura, população atendida, equipe de profissionais e organização do serviço. Além disso, os acadêmicos elaboraram um roteiro estruturado para levantamento de dados relevantes para o desenvolvimento do projeto e ampliação das informações acerca dos usuários. Foram levantados os seguintes dados: sexo, idade, etnia, brincadeiras antigas, atuais e suas descrições.

Os materiais necessários para a montagem da brinquedoteca foram por meio de doações de docentes e discentes da Universidade e comunidade externa. Os materiais passaram pelo crivo dos gestores da CASAI e do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/MS), os quais deferiram sua utilização no projeto. Dessa forma, após a montagem do espaço destinado para o desenvolvimento das atividades práticas, as mesmas foram sequenciadas.

Semanalmente, os discentes, em duplas ou trios, se organizavam para o desenvolvimento das atividades práticas com as crianças, dentre elas, desenho, pintura, balões, quebra-cabeças, colagem com palitos de madeira,

jogos de tabuleiro, dobraduras com papel. O espaço era organizado de forma que as crianças pudessem interagir entre si e trocar experiências. As vivências na brinquedoteca eram discutidas nas reuniões do grupo na presença da coordenadora.

Além das brincadeiras, parte do tempo era dispendido para realização de entrevistas com os indígenas mais experientes, com idade acima de 60 anos. A participação na brinquedoteca era de crianças das etnias Terena, Kadiwéu, Guarani e Kaiowá; no entanto, foi possível entrevistar membros de idade mais avançada das duas primeiras etnias. A entrevista consistia em conversas nas quais eles recordavam-se das brincadeiras vivenciadas na infância, como eram desenvolvidas e as principais diferenças que observam na atualidade.

A fim de aprimorar o conteúdo visto na prática, os alunos compartilharam suas opiniões e discutiram os casos que mais se diferenciavam, apoiando-se em subsídio literário. Com o término das ações, os autores propuseram a criação deste relato de experiência, a fim de divulgar à comunidade acadêmica e sociedade civil as atividades desenvolvidas pelo projeto na Casa de Apoio à Saúde Indígena de Campo Grande.

Resultados e Discussão

A etapa do Projeto de Extensão, que consistiu em levantamento de dados a partir de entrevistas, foi muito valiosa. Os entrevistados eram indígenas das etnias Terena e Kadiwéu, que discorreram sobre seus costumes lúdicos, na época de sua infância. Das brincadeiras antigas, os adultos relataram como principais as feitas com bonecos, carrinhos e chapéus, todos construídos artesanalmente, além de brincadeiras de cozinhar, cultivar plantas, corrida, futebol e outras praticadas com bola. Duas brincadeiras, no entanto, destacaram-se por sua singularidade: cavalinho e dança do bate-pau.

Os entrevistados relataram que a brincadeira do cavalinho consistia na construção de cavalinhos de pau, nos quais as crianças montavam com o objetivo de acertar lanças em argolas penduradas em árvores. Sobre o bate-pau, referiram como uma dança onde se reúnem várias crianças que levavam grandes toras de madeira, criando um círculo ao qual todos compareciam preparados com pinturas corporais e roupas apropriadas. Com as toras, enquanto rodavam em círculo, os participantes criavam inúmeros ritmos musicais. Apesar de ter sido descrita como uma brincadeira pelos entrevistados, o bate-pau apresenta muitos significados, sendo considerado

como preparo do jovem indígena para defender sua cultura, seu território e sua identidade. No entanto, nem a dança e nem a construção de cavalinhos foram desenvolvidos durante as ações.

Para Mazzilli e Zaniolo (2019), a dança é uma atividade lúdica que permite a experimentação e criação, exercitando a espontaneidade; contribui ainda para o seu desenvolvimento, construindo sua imagem corporal, que são aspectos fundamentais para seu crescimento individual e consciência social.

No decorrer das entrevistas, observou-se que os relatos trouxeram recordações da cultura lúdica infantil das etnias, além da compreensão de que as brincadeiras e jogos renascem no espaço e no tempo como traço não apenas do brincar em si, mas também da biografia e identidade de cada indivíduo e de cada povo. Nas memórias dos indígenas em distintas idades, considerando as particularidades de cada etnia, pode-se compreender a respeito de quem são, de suas histórias e de seus locais de origem (GRANDO, 2010).

Em relação às brincadeiras das crianças indígenas da atualidade, desenvolvidas em suas aldeias e comunidades, os adultos entrevistados relataram que, em sua maioria, são brincadeiras com bonecas, bolas e desenhos, conforme visto durante as atividades na CASAÍ. Além disso, eles destacaram uma importante diferença: a maior parte dos brinquedos são comprados, e não artesanais. Relataram também que as crianças passavam cada vez mais tempo na escola, o que reduz o tempo para brincar.

Esse comportamento relatado nas entrevistas pode ser sustentado por Grando (2010), ao afirmar que, entre os jogos e brincadeiras dos indígenas mais jovens, tem-se analisado uma maior proximidade com a cultura de crianças e jovens não indígenas, o que pode indicar maior contato das comunidades indígenas com grupos sociais próximos a seus territórios. Grubits (2013), contribui com essa afirmação ao verificar que as crianças possuem brinquedos não artesanais em decorrência de um intercâmbio cultural que os indígenas vêm vivenciando há tempos, o qual introduz materiais e comportamentos antes não observados. Isso não se relaciona com o brincar propriamente dito, mas sim com o comportamento de brincar com objetos prontos que não faziam parte do seu cotidiano.

Outros elementos colhidos no levantamento foram pinturas, lendas, danças e bordados. As pinturas são aplicadas em cerâmica e assumem características próprias de cada etnia. Os bordados são feitos em roupas e tapetes. As danças foram referidas como praticadas principalmente em datas comemorativas, como o Dia do Índio. As lendas indígenas, histórias

fantásticas cheias de mistério sobrenatural, tipicamente focalizam índios caçadores.

A rotatividade dos usuários dá à CASAI uma vasta diversidade étnica. As crianças ali atendidas são principalmente Terena, Kadiwéu, Guarani e Kaiowá. Assim, o grupo do projeto de extensão preocupou-se em agir preservando os valores e as particularidades, permitindo livre-arbítrio na escolha das brincadeiras. As atividades eram expostas e as crianças se dirigiam para as brincadeiras que desejavam e, a partir da execução dessas, era realizada a interação.

Para melhor compreensão das brincadeiras, cabe inicialmente perceber o modo de vida de cada agrupamento humano, em seu tempo e espaço. Ou seja, apesar de haver semelhanças entre as brincadeiras e jogos dos povos indígenas e não indígenas, somente conhecendo a cultura, os valores, os costumes e as tradições de um povo é que se torna possível designar e compreender o seu sentido lúdico (GRUBITS, 2013).

Nas atividades práticas na CASAI, observaram-se desenhos e pinturas diversas, que já apontam a interação entre culturas ao verificar seus traços e detalhes. Lápis de cor, tintas e canetas foram os materiais de pintura mais frequentes nas oficinas, com atividades ligadas à exteriorização de pensamentos e sentimentos.

Grubits *et al.* (2012) consideram os desenhos e pinturas como a via de comunicação e contato que mais facilita a compreensão da expressão de sentimentos, emoções e preocupações, pois tais representações baseiam-se em um projeto criativo em que os autores – majoritariamente crianças – envolvem valores e sentimentos, em uma reapropriação de informações geradas por experiências pessoais.

Outra dinâmica praticada fez uso de balões, utilizando-os de vários modos e permitindo extravasamento de energias e interação com os familiares. A montagem de objetos com palitos e as dobraduras de papel também foram muito apreciadas pelas crianças, estimulando a criatividade e a imaginação. Os jogos de menor uso na brinquedoteca foram jogos de tabuleiros e quebra-cabeças.

O lúdico proporciona um cenário em que é possível tecer novas perspectivas para a educação através do brincar e das brincadeiras. Portanto, trata-se de um caminho básico e fundamental para a promoção de saúde e conseqüentemente para a qualidade de vida de toda criança. Atividades lúdicas são práticas que proporcionam a esse público inúmeros benefícios, como alegria, diversão, socialização e desenvolvimento físico e cognitivo, além de contribuírem para a redução do medo e da angústia (PEDROSA *et*

al., 2007).

Dessa maneira, a brincadeira como atividade frequente da criança, bem como um método-padrão de promoção de saúde, pode, entre outros recursos, ser instrumento para a melhoria do bem-estar social, físico e mental, reduzindo a vulnerabilidade e os riscos à saúde associados a seus determinantes e condicionantes (CONCRATO; PINA; MELLO, 2010).

Percebeu-se no desenvolvimento desse Projeto que as crianças, no decorrer das atividades, exploraram e, de certa forma, refletiram sobre a realidade e a cultura na qual vivem, passando a conhecer a si mesmas. Tiveram oportunidade de simular situações e conflitos de sua vida social. Brincar é uma maneira segura que a criança tem para encenar seus medos e suas angústias e tentar superá-los.

Destacam-se também as brincadeiras em grupo, onde se observou que as crianças são favorecidas pelo desenvolvimento de habilidades como cooperação, liderança e competição. E nesse sentido, a socialização da criança também amplifica a noção de respeito pelo outro e por si, bem como sua autoimagem e autoestima. Outro aspecto crucial do brincar é o desenvolvimento do raciocínio e da criatividade. À medida que as brincadeiras e atividades trazem novas linguagem e exigem novas habilidades, elas ajudam a criança a pensar e criar novas soluções.

A experiência nesse projeto permitiu uma imersão dos estudantes na cultura indígena, proporcionando-lhes intercâmbio cultural e valorização dessa população. Como espaço preparado para estimular a criança a brincar e a expressar seus sentimentos em um ambiente especialmente lúdico, a brinquedoteca se revela como instrumento de entretenimento em que os estudantes de medicina podem proporcionar diversão, felicidade e empatia.

Agradecimentos

Os autores agradecem, primeiramente, à população indígena por sua rica contribuição cultural. Os agradecimentos se estendem às instituições Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) e Casa de Apoio à Saúde Indígena (CASAI), em Campo Grande, MS, bem como a seus funcionários, por permitirem a realização deste projeto.

Referências

CONCRATO, G.; PINA, J.C.; MELLO, D.F. Utilização de atividades lúdicas na educação em saúde: uma revisão integrativa da literatura. **Acta Paul. Enferm.**, v. 23, n. 2, p. 257-263, set. 2010.

GARNELO, L.; PONTES, A.L. **Saúde indígena**: uma introdução ao tema. Brasília: MEC-SECADI, 2012.

GRANDO, B.S. (Org.). **Jogos e culturas indígenas**: possibilidades para a educação intercultural na escola. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

GRUBITS, S. Desenhos e brincadeiras de crianças indígenas. **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 1, n. 10, p. 169-183, 2013.

GRUBITS, S.; TARDIVO, L.S.P.C.; BONFIN, T.; VIZZOTTO, M.; FREIRE, H.B.G.; NORIEGA, J.A.V.; ARIAS, G. "Semelhanças e diferenças nos desenhos de crianças indígenas brasileiras". In: **Avaliação Psicológica**, v. 11, n. 3, p. 461-474, 2012.

MAZZILLI, Natália; ZANIOLO MASCIOLI, Suselaine Aparecida. O ensino da cultura indígena na educação básica por meio da dança. **Revista Eletrônica da Educação**, [S.l.], v.2, n.2, p.15-27, ago. 2019. Disponível em: <http://revista.fundacaojau.edu.br:8078/journal/index.php/revista_educacao/article/view/85>.

MELO, L.D.L.; VALE, E.R.M.D. A brinquedoteca como possibilidade para desvelar o cotidiano da criança com câncer no tratamento ambulatorial. **Revista Esc. de Enfermagem USP**, Ribeirão Preto, v. 44, n. 2, p. 517-525, jun. 2009.

OLIVEIRA, G.F.D.; DANTAS, F.D.C.; FONSECA, P.N.D. O impacto da hospitalização em crianças com 1 a 5 anos de idade. **Revista da SBPH**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 37-54, dez. 2004.

PEDROSA, A.M.; MONTEIRO, H.; LINS, K.; PEDROSA, F.; MELO, C. Diversão em movimento: um projeto lúdico para crianças hospitalizadas no Serviço de Oncologia Pediátrica do Instituto Materno Infantil Prof. Fernando Figueira (IMIP). **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 7, n. 1, p. 99-106, jan.-mar. 2007.

ROSA, F.V.D.; KRAVCHYCHYN, H.; VIEIRA, M.L. Brinquedoteca: a valorização do lúdico no cotidiano infantil da pré-escola. **Barboroi**, Santa Cruz do Sul, v. 33, p. 8-27, 2010.

Recebido em: 26 de julho de 2017.

Aprovado em: 22 de junho de 2020.